

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS

Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem

LETÍCIA CRISTINE MOREIRA DA CUNHA

Reflexões Sobre o Intercâmbio *Au Pair* a partir da Clínica Psicanalítica
Online

BAURU

2023

LETÍCIA CRISTINE MOREIRA DA CUNHA

Reflexões Sobre o Intercâmbio *Au Pair* a partir da Clínica Psicanalítica
Online

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre no Programa de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp Bauru, sob orientação do Prof. Dr. Érico Bruno Viana Campos.

BAURU

2023

C972r Cunha, Letícia Cristine Moreira da
Reflexões Sobre o Intercâmbio Au Pair a partir
da Clínica Psicanalítica Online / Letícia Cristine
Moreira da Cunha. -- Bauru, 2023
94 f.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual
Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru
Orientador: Prof. Dr. Érico Bruno Viana Campos
1. Au Pair. 2. Psicoterapia online. 3.
Psicanálise. 4. Migração. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca da Faculdade de Ciências, Bauru. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de LETICIA CRISTINE MOREIRA DA CUNHA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 29 dias do mês de setembro do ano de 2023, às 14:00 horas, no(a) Anfiteatro da STPG da Faculdade de Ciências (Unesp/Campus de Bauru), realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE Mestrado de LETICIA CRISTINE MOREIRA DA CUNHA, intitulada **Reflexões Sobre o Intercâmbio Au Pair a partir da Clínica Psicanalítica Online**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. ERICO BRUNO VIANA CAMPOS (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Psicologia / Unesp Campus de Bauru Faculdade de Ciências, Profa. Dra. MARY YOKO OKAMOTO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia Clínica / UNESP/FCL - Assis/SP, Profa. Dra. PATRICIA PORCHAT PEREIRA DA SILVA KNUDSEN (Participação Presencial) do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências UnespCampus de Bauru. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: Aprovada . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. ERICO BRUNO VIANA CAMPOS



IMPACTO ESPERADO DA PESQUISA

Esta pesquisa espera contribuir positivamente com a sociedade a partir de reflexões sobre temáticas atuais e presentes na prática de psicólogas e psicólogos que trabalhem com a clínica psicanalítica *online* de modo geral, mas também especificamente com migrantes e da população de jovens que ingressam na modalidade de intercâmbio “*Au Pair*”. Nesse sentido, esta pesquisa vai de encontro aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil (OSD) em dois de seus pilares: Igualdade de Gênero (Objetivo 5) e Redução das Desigualdades (Objetivo 10).

EXPECTED RESEARCH IMPACT

This research aims to contribute positively to society based on reflections on current themes present in the practice of psychologists who work with the online psychoanalytic clinic in general, but also specifically with migrants and the population of young people who enter the exchange modality “*Au Pair*”. In conclusion, this research respond to the Sustainable Development Goals in Brazil (OSD) in two of its pillars: gender equality (goal 5) and reduction of inequalities (goal 10).

AGRADECIMENTOS

Dedico estes sinceros agradecimentos a todas e todos aqueles que contribuíram para a realização e conclusão deste trabalho. A finalização deste mestrado representa, em certa medida, a conclusão de parte de um percurso acadêmico que se iniciou ainda na graduação, bem como da finalização de um ciclo de vida pessoal. As pessoas citadas abaixo fizeram parte destes caminhos e as levarei com carinho na memória.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001, pelo financiamento e pela bolsa concedida. Reitero aqui a importância do fomento à pesquisa e aos(as) pesquisadores(as) do país e retomo, ainda, a importância das bolsas recebidas durante meu percurso acadêmico (bolsas de permanência estudantil BAAE, iniciação científica PIBIC e CAPES), que me possibilitaram permanecer no ensino superior público e a concluir minha formação.

Também gostaria de agradecer imensamente ao meu orientador de iniciação científica e de mestrado, Prof. Dr. Érico Bruno Viana Campos, pelas orientações, pela paciência e tranquilidade, pela confiança que depositou em mim ao longo de todos esses anos e por compartilhar generosamente o seu tempo, conhecimentos, experiência acadêmica e clínica, sempre com tanto cuidado e atenção. Tenho o Prof. Érico como referência de pessoa e profissional, e deixo aqui o meu reconhecimento por sua contribuição em minha formação como psicóloga. Muito obrigada por me incentivar, por sua naturalidade e facilidade em orientar e direcionar sem impor, por fomentar a espontaneidade e a criatividade de cada um que orienta e, principalmente, por me auxiliar a sustentar minha trajetória acadêmica e o meu desejo com relação a essa pesquisa. Eu te admiro muito, você me inspira!

Minha gratidão também se estende às professoras das quais considero referência enquanto pesquisadoras e psicólogas, que gentilmente aceitaram o convite para participar como membro da banca examinadora: Profa. Mary Okamoto e a Profa. Patrícia Porchat. Muito obrigada pela avaliação cuidadosa do meu trabalho e pelos comentários construtivos que ajudaram a aprimorá-lo, assim como por suas contribuições valiosas em meu percurso acadêmico como um todo.

Não poderia deixar de citar meus colegas de grupo de pesquisa - NEEPPSICA - Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Psicanálise, por suas leituras cuidadosas e por suas

sugestões tão ricas, por suas indicações de referências, pelo apoio e pela ajuda com ideias, correções e com o compartilhamento deste espaço no qual os desafios da escrita se tornam mais fáceis e possíveis. Também agradeço todo o suporte e orientações concedidas pela servidora Thamires, da Seção Técnica de Pós-Graduação.

À minha família, agradeço primeira e especialmente a minha mãe, Creusa Izabel Moreira, que mesmo diante das dificuldades sempre me incentivou a estudar e trabalhou muito para que eu pudesse ter a oportunidade de estar em uma Universidade. Eu te amo e sinto saudades, obrigada por tudo. Também sou imensamente grata à minha avó paterna, Sebastiana de Luca, pelo carinho e amor, e por sempre escolher as melhores palavras para me ajudar a seguir. Aos meus tios paternos, madrinha Cris, tia Maria, primos, pai, madrasta, irmãs e irmãos, tia Rita, tia Mara e tio Luís, ao João e Silene Bortolozzo, muito obrigada por estarem presentes cada um à sua maneira.

Dedico um agradecimento especial às minhas amigas e amigos que estiveram ao meu lado, me apoiando e incentivando nos momentos mais difíceis e celebrando comigo as vitórias e conquistas, principalmente à Giovana Rezende (Gigi), Henrique Uva (Grapes), Grasielle Oliveira (Grasi) e Camila Miranda (Camis). Eu poderia escrever muitas páginas somente com os inúmeros motivos e momentos pelos quais sou grata por ter a felicidade de tê-los em minha vida. Amo vocês e sou grata a cada um.

Agradeço também aos psicólogos Anderson Silva e Gisele Senne de Moraes, que me acompanharam em minha jornada todos esses anos, que me auxiliaram neste processo profundo e complexo que é a vivência de uma análise, cada qual com sua forma de cuidado, *holding*, manejo e palavras. Com sua ajuda, pude enxergar outros caminhos, começar e encerrar outros, incluindo este trabalho.

Por último e não menos importante, agradeço ao meu amado gato Salém, que durante os últimos quase dez anos esteve comigo – desde a graduação até o mestrado – nos momentos bons e ruins, e que tenho a felicidade em desfrutar da companhia.

*Me dê um abraço, venha me apertar
Tô chegando
Coisa que gosto é poder partir
Sem ter planos
Melhor ainda é poder voltar
Quando quero*

*Todos os dias é um vai-e-vem
A vida se repete na estação
Tem gente que chega pra ficar
Tem gente que vai pra nunca mais
Tem gente que vem e quer voltar
Tem gente que vai e quer ficar
Tem gente que veio só olhar
Tem gente a sorrir e a chorar
E assim, chegar e partir*

(Maria Rita - *Encontros e Despedidas*)

CUNHA, Letícia Cristine Moreira da. Reflexões Sobre o Intercâmbio *Au Pair* a partir da Clínica Psicanalítica *Online*. 2023. 94f. Dissertação (Mestra em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) - UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru, 2023.

RESUMO

A presente dissertação aborda os desdobramentos do cenário atual diante do surgimento e estabelecimento da clínica *online* - aqui, especificamente, a clínica psicanalítica - e o atendimento de jovens brasileiras vivendo no exterior a partir do intercâmbio *Au Pair*. Inicialmente foi descrito o histórico recente do surgimento e desenvolvimento da clínica *online*, seguido da apresentação da modalidade de intercâmbio *Au Pair* e da literatura específica sobre os possíveis impactos nos sujeitos que emigram. Além da revisão de literatura cara a este campo, as discussões foram ilustradas a partir de breves vinhetas de atendimentos psicoterápicos realizados. Os resultados apontam que os vestígios do colonialismo persistem nas dinâmicas estabelecidas no *Au Pair*, seja na forma de disparidade entre os membros da família, das condições econômicas, culturais ou de acesso às condições legais do país, trazendo impactos significativos para as intercambistas. Nesse contexto, a psicoterapia mostrou-se como um espaço de sustentação e ressignificação dos processos relativos aos processos de luto e eventos traumáticos vivenciados.

Palavras-chave: *Au Pair*; Psicoterapia *online*; Psicanálise; Migração.

ABSTRACT

This dissertation addresses the developments of the current scenario in the face of the emergence and establishment of the online clinic - here, specifically, the psychoanalytic clinic - and the care of young Brazilian women living abroad through the *Au Pair* exchange. Initially, the recent history of the emergence and development of the online clinic was described, followed by the presentation of the *Au Pair* exchange modality and specific literature on the possible impacts on individuals who emigrate. In addition to the literature review relevant to this field, the discussions were illustrated based on brief vignettes of psychotherapeutic treatments carried out. The results indicate that traces of colonialism persist in the dynamics established in the *Au Pair*, whether in the form of disparities between family members, economic and cultural conditions or access to the country's legal conditions, bringing significant impacts to exchange students. In this context, psychotherapy proved to be a space for supporting and re-signifying processes related to mourning processes and traumatic events experienced.

Keywords: *Au Pair*; Online psychotherapy; Psychoanalysis; Migration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
OBJETIVOS	17
METODOLOGIA	18
1. A CLÍNICA <i>ONLINE</i>	19
1.1 Resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP) no Brasil	21
1.2 A Psicanálise Online: Percurso e Características.....	24
1.3 Conclusão.....	34
2 O “<i>AU PAIR</i>” COMO FORMA DE MIGRAÇÃO	36
2.1 Sobre o Intercâmbio “ <i>Au Pair</i> ”	36
2.2 Condições Migratórias	42
2.3 Olhar Psicanalítico sobre as Migrações	47
3. ILUSTRAÇÕES CLÍNICAS	58
3.1 Casos da Literatura	58
3.2 Vinhetas Clínicas do Trabalho Realizado.....	64
3.2.1 Larissa	67
3.2.2 Thaís.....	69
3.2.3 Marina	71
3.2.4 Ana.....	74
4. DISCUSSÃO GERAL	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	85

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é resultado de um percurso que se iniciou no ano de 2018. Naquele momento, enquanto pesquisa de iniciação científica, íamos de encontro a uma temática pouco explorada e, por vezes, estigmatizada e ainda pouco reconhecida entre psicólogos e psicanalistas em suas clínicas pelo país: a clínica realizada por meios de tecnologias da informação e comunicação (TICs) e recursos mediados pela *internet*.

Essa pesquisa de cunho exploratório, desenvolvida no interior de São Paulo, tinha como fim o levantamento de literatura acerca da psicoterapia realizada por tecnologias de comunicação à distância e a literatura psicanalítica específica sobre a temática. Para isso, foi realizada a aplicação de um formulário e entrevista com o objetivo de identificar se e quais recursos estavam sendo utilizados pelos profissionais atuantes na cidade até aquele momento. Esses instrumentos foram utilizados para a investigação de algumas questões que se colocavam naquele momento: os psicólogos e as psicólogas têm se utilizado das tecnologias da informação e da comunicação em seus consultórios e em suas práticas? Se sim, quais recursos têm sido utilizados? De que forma? Quais os impactos dessa utilização, se existem, na construção e manutenção do vínculo transferencial? Essas e outras questões foram investigadas, algumas delas respondidas e outras, por sua vez, permanecem enquanto fenômenos a serem investigados nesse e em outros trabalhos que se sucederam.

Em suma, o que se pôde apreender naquele momento foi um cenário geral de profissionais atuantes a partir da psicanálise que, apesar de utilizarem amplamente os celulares, *notebooks* e *smartphones* em seus consultórios para agendamentos das consultas, como recurso para apontamentos e acolhimentos emergenciais e para atendimentos propriamente ditos - dispensando, em sua totalidade, a figura clássica do secretário(a) - estes se posicionavam de forma desconfiada, receosa e, por vezes, perseguida pelas tecnologias, conduta essa amparada mediante a constatação desta ser ainda uma prática e espaço pouco falado e teorizado entre os pares e referências até o momento.

Notava-se que, aos poucos, a prática clínica foi sendo perpassada pela tecnologia e pela *internet*, movimento esse propiciado pela própria reorganização da vida cotidiana, que passava a ser mediada por esses recursos e do conseqüente uso pelos próprios analistas e pacientes. Como conseqüência disso, houve o surgimento desse espaço entre sessões (no caso dos

atendimentos na modalidade presencial) e a possibilidade de acesso aos(as) terapeutas via *internet* a qualquer horário, por meio de ligações, envio de mensagens, fotos, áudios e vídeos - às vezes motivados por momentos de crise, ou como reflexo da transferência em curso, como um elemento que aponta para a dificuldade em separar-se do outro, entre muitas outras possibilidades e interpretações a partir de cada caso. Também aparecia, diante daqueles profissionais, alguma perspectiva hesitante ou conjecturas sobre a viabilidade do processo terapêutico sustentado totalmente à distância, ou, pelo menos, diante de algumas contingências colocadas como impasse à continuidade do processo, como as mudanças de cidade ou de país eventualmente vivenciadas pelos(as) pacientes em análise.

Para alguns, essa possibilidade se apresentou com preocupação e apreensão, uma vez que dúvidas com relação ao que, como e até onde responder a essas solicitações os tomavam, uma vez que percebiam que tais intervenções - ou a ausência delas - se prontificaram a aparecer nas sessões presenciais seguintes por meio de flutuações na transferência em resposta ao atendimento ou não destas demandas realizadas via aplicativos de mensagens instantâneas. Até aqui, as mensagens instantâneas eram as protagonistas entre os(as) profissionais e seus pacientes. A psicoterapia e a análise exclusivamente *online* (ou seja, o processo em si, sem encontros presenciais) ainda eram vistos com fortes ressalvas ou desconsiderados enquanto opção para a maioria.

Assim, a prática da clínica *online* seguiu à margem das discussões clínicas de forma mais ampla até o ano 2020, ano em que a pandemia de COVID-19 eclodiu em escala global, demandando a profunda reorganização e adaptação dos meios de comunicação, interação entre as pessoas, trabalho e modos de circulação social, tendo em vista que a doença era transmitida por vias aéreas e pelo contato físico próximo entre as pessoas. Diante deste novo panorama mundial, as tecnologias da informação e comunicação (TICs) foram as ferramentas que sustentaram e permitiram a viabilidade de continuação de muitos serviços e atividades. Não foi diferente para os(as) psicólogos(as).

Perante os alarmantes números de pessoas contaminadas, determinações públicas de isolamento e quarentena, milhares de psicólogas e psicólogos viram nas plataformas *online* uma alternativa à continuidade dos processos psicoterapêuticos em andamento, não encontrando, diante disso, dificuldades com relação às resoluções de conselho sobre tal prática, uma vez que havia sido promulgada a resolução a respeito das orientações para o uso de tecnologias da informação e comunicação nas práticas desses profissionais no ano de 2018.

Assim, no ano de 2020, o Conselho Federal de Psicologia batia o recorde de inscrições no Cadastro *E-Psi*, portal oficial para inscrição e habilitação de psicólogos em âmbito nacional para o atendimento à distância. Apesar disso, muitos profissionais se viram mobilizados diante de tal necessidade de adaptação e, dessa forma, surgiram muitos eventos, discussões e palestras sobre o que a psicologia de modo geral - ou a psicanálise, aqui mais especificamente - tinha a dizer sobre a modalidade *online*, como: a adaptação da técnica e as questões práticas e teóricas, como a questão corporal se colocava ou como se ausentava, quais ferramentas e plataformas para atendimento seriam seguras para esse fim de modo a garantir o sigilo, bem como outras reverberações, como a convivência familiar que invadia os atendimentos e os desafios na garantia de um ambiente propício ao andamento do processo terapêutico. Também eram fonte de questionamentos os atendimentos de crianças e adolescentes e suas especificidades, entre tantas outras dúvidas imediatas e compreensíveis àquela conjuntura inédita.

Como psicóloga recém formada, pude acompanhar o desenvolvimento dessa ocasião a partir de um lugar um pouco mais conhecido, uma vez que, no ano anterior, havia me dedicado à pesquisa desta temática e pude, de antemão, aprofundar-me no que a literatura tinha a dizer sobre as vantagens e desvantagens dessa modalidade que irrompia enquanto novidade a partir dali. Iniciei, portanto, minha jornada enquanto psicóloga clínica no formato exclusivamente *online* uma semana após meu primeiro atendimento realizado de forma presencial, que foi interrompido pouco depois devido à pandemia. Neste percurso, passei a atender principalmente jovens estudantes universitários e jovens mulheres que passavam por uma experiência de viagem e estadia denominada *Au Pair*, intercâmbio cultural na qual uma família nativa de um país habilitado para tal modalidade se propõe a receber jovens moças e rapazes que serão responsáveis pelos cuidados das crianças da família. Em contrapartida, as jovens recebem um salário “simbólico” - geralmente, muito abaixo dos valores cobrados por babás locais - e a possibilidade de contato com uma cultura e língua diferentes de seu país de origem.

Apesar do apelo às trocas culturais nessa modalidade de intercâmbio, é comum observar extrapolações da mão de obra e abusos nas cargas horárias das *Au Pairs*, que por vezes se veem em uma situação de vulnerabilidade enquanto trabalhadoras dentro do próprio local de trabalho (que também se configura como sua moradia), além dos processos que envolvem a própria condição de estarem em um país estrangeiro. Destacam-se as dificuldades iniciais com a língua local, a adaptação à novos códigos culturais, as questões relacionadas à documentação e as preocupações sobre o futuro e possibilidades de continuidade pelas vias legais no país, além das questões próprias à convivência com outros moradores em uma casa, complicadas pelas

relações de trabalho e de família envolvidas e perpassadas nesta modalidade.

Essas jovens chegaram até mim e a meus colegas de profissão através de grupos de Facebook em busca da psicoterapia *online*, que se mostrava uma opção viável pela possibilidade de expressão na primeira língua (ou mesmo pelo não domínio da língua estrangeira, ou do conhecimento e/ou acesso ao sistema de saúde local) e pelo poder de compra aumentado devido a conversão da moeda (dólar, euro, etc) frente ao real, possibilitando assim a manutenção dos custos de um processo psicoterapêutico particular e individual. Essas duas marcas concretas surgiam como abertura para adentrar em angústias muito sensíveis, tais como sentimentos de vulnerabilidade nesse novo país, a precariedade da rede de apoio e/ou acesso à serviços de saúde, as dificuldades com a língua, as vivências de xenofobia e racismo, as perspectivas de continuidade no país e as preocupações com o retorno e situação do Brasil, entre outras angústias que também eram compartilhadas por outras *Au Pairs* em numerosos grupos de *Facebook*, em que encontravam nos relatos de outras brasileiras desafios parecidos. Aqui escrevo no feminino pois, ainda que o *Au Pair* não seja restrito às mulheres, sua grande maioria é composta por este grupo.

Foi a partir desta demanda, portanto, que redirecionei este trabalho. O que antes se trataria da replicação da pesquisa de 2018 - ou seja, em uma nova entrevista dos profissionais participantes à época sobre as suas práticas e o uso de tecnologias da informação e comunicação após a pandemia - passou a ganhar um novo caminho de investigação: a psicoterapia *online* como espaço de escuta e acolhimento das vivências de mulheres intercambistas que passaram pelo intercâmbio cultural *Au Pair*. Foi a partir da escuta dos relatos e vivências dessas mulheres e do respaldo da literatura desta temática, que observamos como as migrações podem demandar a elaboração de um luto - que pode, ou não, ser condição para o desenvolvimento de sofrimento em nível patológico. Também veremos como essa temática suscita discussões sobre as condições mais amplas a respeito dos movimentos migratórios e seus impactos psíquicos, desde a discussão acerca da perda da primeira língua até a clínica *online* como espaço que se faz possível e necessário nas condições as quais a clínica padrão presencial não é uma opção.

Para isso, iremos percorrer um trajeto que começa na apresentação da clínica *online* e seu desenvolvimento inicial, com a literatura de base disponível até 2020. Também será possível observar as alterações realizadas em âmbito nacional, por meio da apresentação das resoluções específicas acerca do uso de tecnologias da informação e comunicação para Psicologia no Brasil. Feitas essas considerações iniciais, seguiremos com a apresentação da

temática a respeito das migrações e das especificidades enfrentadas no intercâmbio *Au Pair*, assim como suas condições e impactos, seguindo da elaboração de aproximações entre a psicanálise e a literatura recente sobre as migrações e seus desdobramentos psíquicos. Por fim, serão propostas reflexões sobre a psicoterapia e a clínica *online* no atendimento desses casos, com apresentação de breves vinhetas clínicas decorrentes dessa experiência de trabalho.

OBJETIVOS

Diante do exposto, a presente dissertação teve como objetivo ampliar a compreensão sobre a clínica psicanalítica *online* enquanto espaço de escuta e acolhimento das vivências de brasileiras que, vivendo no exterior após o intercâmbio *Au Pair*, buscam pelo processo de psicoterapia com psicólogos(as) residentes do Brasil, em sua primeira língua. Para tanto, visamos de forma específica: 1) Identificar e classificar as resoluções e recomendações científicas em psicologia e psicanálise que regulamentam os serviços psicoterapêuticos realizados via tecnologias da informação em âmbito nacional e internacional; 2) Compilar e descrever trabalhos sobre atendimentos psicoterapêuticos *online* com brasileiros(as) vivendo no exterior; 3) Compilar e descrever trabalhos específicos sobre o intercâmbio cultural *Au Pair*; 4) Caracterizar a literatura específica a respeito das migrações e seus possíveis impactos nas subjetividades dos sujeitos que emigram; 5) Caracterizar a literatura específica a respeito do uso e da perda da primeira língua no contexto migratório; 6) Formular, através da literatura apresentada, hipóteses sobre quais são as demandas, lugares e/ou funções que a psicoterapia *online* possui para essas mulheres que buscam por psicoterapeutas em seu país de origem e em sua primeira língua.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida em um delineamento empírico na metodologia clínica-qualitativa, o que foi feito por meio de um ensaio teórico-clínico na abordagem psicanalítica. No âmbito das pesquisas qualitativas, utilizamos o referencial teórico-metodológico da psicanálise. O trabalho se localiza entre os estudos tradicionais de casos clínicos no modelo psicoterápico em contextos ampliados. Nesse sentido, enquadra-se na categoria de uma pesquisa *em* psicanálise (CAMPOS, 2008), uma vez que se ampara e emerge a partir da prática psicanalítica clínica, a partir do uso do método psicoterápico tradicional em suas variações de enquadre (CAMPOS, 2021) ou, em outras palavras, a “pesquisa em psicanálise seria aquela que emerge da clínica psicanalítica, e a própria teoria psicanalítica é fruto de seu método” (p. 495).

1. A CLÍNICA *ONLINE*

A *internet* é hoje, no Brasil e no mundo, uma ferramenta inserida nos mais diversos contextos da vida cotidiana, perpassando as relações, o lazer e o entretenimento, o trabalho, a educação, entre outros. Dos anos 1990 em diante, sua popularização cresceu ininterruptamente, alcançando um maior índice de usuários nas zonas rurais e urbanas no Brasil, segundo levantamento recente (PNAD, 2018). A popularização e assimilação da *internet* resultou em transformações visíveis e profundas na sociedade geral, nos sujeitos e, conseqüentemente, nas formas de se fazer e pensar a Psicologia e a Psicanálise.

As resoluções responsáveis por regular a utilização de tecnologias da comunicação e informação (TICs) na Psicologia no Brasil passaram por revisões ao longo da última década, sendo a mais atual resolução referente à regulamentação de serviços psicológicos realizados por meio de TICs por psicólogos(as), válida desde 2018 (CFP nº11/2018). Ainda assim, até o ano de 2019, eram escassas as produções de estudos nacionais sobre esta temática que, apesar de presente na realidade de pacientes e terapeutas, permanecia ainda pouco explorada (BARBOSA et al, 2013; PIETA; GOMES, 2014; BARBEIRO, 2019).

Recentemente, entretanto, devido a pandemia de COVID-19, as possibilidades de viabilização dos atendimentos em psicoterapia *online* foram utilizadas como uma estratégia de enfrentamento às determinações de quarentena e isolamento social, tornando-se alvo do interesse e investigação de psicólogos(as) e psicanalistas (FIGUEIREDO, 2020; BELO, 2020; SANTI, 2020, PITLIUK, 2022). À medida em que a utilização das tecnologias ressoa na teoria e na técnica presentes na atuação clínica psicanalítica contemporânea, observamos o avanço - ainda que incipiente - da compreensão das facetas desta clínica que migrou do lugar do 'possível' ao 'necessário' em tempos de pandemia de COVID-19.

Segundo caracterização do Ministério da Saúde, a COVID-19 é uma “doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves” (BRASIL, Ministério da Saúde, 2022). Sendo transmitida por gotículas de saliva, espirros e tosse, algumas das estratégias tomadas como prevenção compreenderam, principalmente, a higienização de mãos e superfícies, a utilização de máscaras, o isolamento social e medidas de quarentena, a fim de conter o contato e a contaminação em massa. Com o início e crescente aumento dos casos no início do ano de 2020,

no ano de 2022 o número de óbitos registrados em decorrência da doença já ultrapassaram a marca dos 689 mil mortos (BRASIL, Ministério da Saúde, 2022).

Diante daquele novo cenário epidemiológico, os atendimentos psicológicos (e os mais diversos tipos de serviços) passaram por uma necessária e abrupta adaptação aos novos moldes de convivência em sociedade como medida de enfrentamento à pandemia. No entanto, apesar do destaque atual à utilização da *internet* e outras tecnologias como alternativa ao contato presencial, os atendimentos psicológicos *online* já reuniam os interesses de pesquisadores(as) no Brasil e no mundo (LEITÃO; ABREU; NICOLACI-DA-COSTA, 2005; SCHARFF, 2012; MIGONE, 2013; BARBOSA et al, 2013; PIETA; GOMES, 2014). Ou seja, as produções e estudos realizados acerca da utilização das tecnologias da comunicação e informação (TICs) até o momento pré-pandemia¹ já se preocupavam em delinear as potencialidades e os limites desta modalidade ainda em ascensão no âmbito internacional e nacional e que se colocava como uma alternativa inédita e experimental, à medida em que a tecnologia era gradualmente integrada ao cotidiano humano. Nesta ocasião, já vínhamos desenvolvendo a pesquisa a este respeito, citada anteriormente (MOREIRA; RENZI, 2019).

No Brasil, por exemplo, o número de usuários(as) de *internet* é expressivo e segue crescendo a cada novo levantamento. Segundo os últimos dados do IBGE referente à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD, sobre o Acesso à *Internet* e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular Para Uso Pessoal (2018), a *Internet* era utilizada em 79,1% dos domicílios, sendo que a região Sudeste obteve o mais alto índice, alcançando os 84,8% no estado, sendo 86,5% em área urbana. Em levantamento anterior, no ano de 2017, a *internet* era utilizada em cerca de 69,3% dos domicílios, alcançando a margem de 76,7% na região Sudeste, o que aponta para um crescimento em relação ao ano anterior. Além disso, deste percentual de domicílios com acesso à *internet* no ano de 2018, 99,2% faziam a utilização do telefone celular para o acesso à *internet*. Estes dados, em suma, representam em números o que podemos ler como o crescente acesso aos meios tecnológicos e acesso à *internet*, que passou a compor a vida dos brasileiros em pouco mais de duas décadas.

¹ Nesta apresentação de pesquisa, utilizaremos os recortes temporais “pré-pandemia” como o período anterior às notificações dos primeiros casos e início de decretos de quarentena e “pandemia” como o período após os decretos de isolamento social e quarentena.

Assim, diante desta incorporação da *internet* em larga escala, Nicolaci-da-Costa (2005) atenta para o fato de que estas mudanças ocorridas no âmbito social podem gerar alterações em nossa vida psíquica, em uma inter-relação com consequências psicológicas que modificam nossa forma de pensar e interpretar a realidade. Ou seja, absorvidas as lógicas da rede, os usuários desenvolvem novos conceitos mediadores da relação com a realidade, produzindo “profundas alterações também nos modos de agir e de ser desses sujeitos” (NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p.76).

Desse modo, em uma sociedade cada vez mais adepta à tecnologia, a maneira como vivemos e nos comunicamos passa a integrar, em suas entrelinhas, marcas e conceitos profundamente marcados pelo contexto tecnológico: *online* e *offline*, conectar e desconectar, visualizar, compartilhar, etc., contendo uma infinidade de terminologias que representam a forma como nos relacionamos *online* e que são absorvidas em nossas relações para além da *internet*. Para Migone (2013), a rede de computadores está penetrando em todos os espaços de nossas vidas, mudando, gradativamente, a nós mesmos e a si mesma, à medida que se torna cada vez mais sofisticada para atender às mais diversas necessidades. Nesse sentido, na medida em que a sociedade se transforma, também se transformam os preceitos e posicionamentos de pesquisadores(as), psicanalistas, psicólogos(as) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP), órgão regulador das práticas profissionais dos(as) psicólogos(as) no Brasil.

A seguir, veremos abaixo quais foram os principais marcos regulatórios com relação ao uso das tecnologias mediadas pela *internet* por psicoterapeutas em âmbito nacional. Observamos como as resoluções foram se flexibilizando ao longo dos anos, até a última resolução promulgada no ano de 2018, na qual a prestação de serviços remotos foi regulamentada de forma ampla. Após esta retomada aos marcos regulatórios no Brasil, continuaremos com a perspectiva e desenvolvimento da área a partir de autores e autoras voltados ao campo e prática psicanalíticos.

1.1 Resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP) no Brasil

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), enquanto órgão regulador das práticas profissionais dos psicólogos(as) no Brasil, dispõe de resoluções que se propõem a regulamentar o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) nos atendimentos realizados por

psicólogos(as). As resoluções responsáveis por regular a utilização de TICs passaram por revisões ao longo da última década, sendo a primeira datada de 2005 (CFP nº 12/2005), seguida de uma atualização no ano de 2012 (CFP nº11/2012) e, por fim, a mais atual resolução referente à regulamentação de serviços psicológicos realizados através de TICs, válida desde o ano de 2018.

Na atual resolução, são entendidos como TICs “todas as mediações informacionais e comunicativas com acesso à *Internet*” (CFP nº11/2018, p.1), o que inclui o acesso por meio de televisão, aparelhos telefônicos, aparelhos conjugados ou híbridos, *websites*, aplicativos, plataformas digitais e assim por diante. São regulamentadas as seguintes práticas: I. Consultas e/ou atendimentos psicológicos de diferentes tipos de maneira síncrona ou assíncrona; II. Processos de Seleção de Pessoal; III. Utilização de instrumentos psicológicos devidamente regulamentados. IV. Supervisão técnica em diversos contextos de atuação do psicólogo (CFP nº11/2018).

Desde a primeira resolução, houveram mudanças significativas quanto aos serviços regulamentados: deixa-se o cunho de experimentação em pesquisa ou orientação com número de sessões pré-definidos para trás, não havendo mais uma prescrição limitada de atendimentos a serem realizados por meio das TICs. Além disso, estes meios de comunicação, que antes eram compreendidos como ferramentas complementares às práticas presenciais na resolução de 2012 (CFP nº11/2012), agora ganham a possibilidade de serem utilizados de forma autônoma e integral, à critério do profissional que o utiliza.

Assim como na resolução anterior (CFP nº11/2012), no caso de atendimentos remotos, caberá ao profissional o dever de especificar quais são os recursos utilizados para garantir o sigilo de informações e esclarecer aos pacientes/clientes sobre os aspectos referentes à segurança dos dados e outras medidas para o resguardo da privacidade. Em casos emergenciais, ainda se recomenda o atendimento por equipes de forma presencial.

Após a Resolução CFP nº 011/2018, tornou-se possível ao psicólogo prestar serviços psicológicos *online* a partir de sua aprovação de solicitação de cadastro no sistema Cadastro e-Psi, disponível no site do CFP. Independentemente da modalidade dos serviços prestados, a partir da última resolução, a autorização a partir do cadastro é indispensável, cometendo falta ética aqueles que não se cadastrarem e se utilizarem desta modalidade de trabalho sem a devida avaliação e autorização.

Segundo a nova resolução (CFP nº 011/2018), os profissionais responderão individualmente pela regularidade de seus serviços, independentemente da plataforma utilizada, sendo esta última de escolha autônoma à cargo do profissional. Esta flexibilização regulamenta o acesso do profissional à utilização de aplicativos de modo geral, incluindo os novos aplicativos e plataformas direcionados especificamente ao oferecimento de serviços de psicoterapia *online*, bem como os aplicativos já popularizados de troca de mensagens - como *WhatsApp* e *Telegram* - e de videoconferência - como *Skype* e *Google Meet*.

No início da pandemia de COVID-19, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) precisou se reorganizar rapidamente com relação às orientações e cadastros, diante das inúmeras inscrições no Cadastro e-Psi, o que gerou uma suspensão temporária da necessidade de inscrição devido ao grande volume de profissionais migrando dos atendimentos presenciais para os atendimentos *online*:

Desde o início da pandemia, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) registrou 135.167 novos pedidos para que os psicólogos atuem virtualmente. O número é superior a todas as solicitações já feitas na história. De 2018 a 2020, foram 30.677 cadastros. (MENDES, Portal de Notícias R7, 2021, s/p).

Ainda assim, as orientações fornecidas aos profissionais são restritas aos atendimentos exclusivamente *online*, o que mantém muitos em um cercado de dúvidas com relação à conduta diante de toda a amplitude de usos proporcionadas pelas TICs. Ou seja, apesar das normatizações especificarem as recomendações e indicações quanto aos atendimentos e serviços oferecidos na modalidade *online*, o aspecto que abrange a comunicação, perfis profissionais nas redes sociais e contato com os pacientes via *apps* ainda é um tópico nebuloso e por vezes ausente nos debates sobre a clínica *online*.

Como observado em trabalho anterior (MOREIRA; RENZI; 2019), o envio e troca de mensagens e áudios entre pacientes e terapeutas, a utilização do *Whatsapp* como um espaço de “continuação” ou “extensão” das sessões, situações de manejos de crise e emergenciais colocadas via aplicativos e chamadas fora de hora estão entre alguns dos cenários comuns à prática clínica contemporânea e que, sem respaldo ou estudos, são sentidos como impasses no fazer clínico cotidiano de psicoterapeutas. Diante disso, é comum que os profissionais amparem-se em espaços de discussões coletivas, em eventos temáticos, supervisões e mentorias que se propõem a estabelecer algumas convenções diante destes novos desafios e demandas

produzidas a partir do fazer *online*. Seguiremos abaixo com algumas considerações sobre as considerações de autores psicanalíticos acerca desta nova modalidade clínica.

1.2 A Psicanálise *Online*: Percurso e Características

Como exposto acima, diversas alterações nas resoluções têm sido observadas de modo a flexibilizar a utilização das TICs na prática profissional dos(as) psicólogos(as) no Brasil ao longo do tempo. Estas flexibilizações, por sua vez, ganham um sentido singular ao serem discutidas em nível clínico. Veremos abaixo alguns dos estudos elaborados no âmbito da psicologia e da psicanálise sobre o uso da *internet* em âmbito clínico.

Inicialmente, é importante apontar que, até o ano 2020, observava-se um movimento ainda inicial e exploratório em pesquisas nesta área, com poucos estudos publicados em psicologia clínica e também em psicanálise (BARBOSA et al, 2013; PIETA; GOMES, 2014; SFOGGIA et al, 2014; SIEGMUND; LISBOA, 2015; NÓBREGA, 2015; BARBEIRO, 2019). O mesmo ocorria em âmbito internacional, mas com pesquisas publicadas em órgãos de prestígio, como a Associação Psicanalítica Americana e a Associação Psicanalítica Internacional (SCHARFF, 2013a, 2013b).

Após o ano de 2020, no entanto, foram publicados trabalhos internacionais que se voltaram a temática da Psicologia e da Psicanálise e os atendimentos *online*, principalmente fomentados pelo contexto da pandemia, como “Psicanálise durante a pandemia de Covid-19: reflexões sobre a contratransferência” (VELYKODNA, 2021), publicado pela *Kryvyi Rih State Pedagogical University*; “Psicoterapia online: questões sobre a transferência e a contratransferência” (SAYERS, 2021), publicado no *British Journal of Psychotherapy*; “Expressão das percepções e opiniões sobre psicoterapia online durante a pandemia de COVID-19 em uma amostra de psicoterapeutas italianos”, publicada na Revista de Psiquiatria Italiana; “Mudanças em *frames*: COVID-19 e a teleanálise” (VARELA, 2020), publicado pela “*International Psychotherapy Institute*”; “Reconsiderações sobre a psicanálise online” (CASCIO, 2022) publicado pela LIRPA *Internacional Journal*. (títulos em tradução nossa), entre outros trabalhos disponíveis atualmente.

Entre os trabalhos publicados em nível nacional após a pandemia, motivados pela COVID-19 e os atendimentos *online*, há o recente artigo de Xavier e Martins (2022), “Respondências: análises (online) em confinamento”, que compreende oito cartas trocadas entre as autoras ao longo do mês de abril de 2020, tendo por eixo norteador o tema das análises online; “Psicanálise online e elasticidade da técnica” (GONDAR, 2020), que propõe a reflexão sobre as transformações da clínica psicanalítica a partir da entrada de novas tecnologias no *setting*; “Catástrofe, luto e esperança, o trabalho psicanalítico durante a pandemia de COVID-19” (VERZTMAN; ROMÃO-DIAS, 2020), que buscou discutir os impasses e as possibilidades do trabalho psicanalítico no contexto da pandemia do COVID-19. Há também o trabalho de Capoulade e Pereira (2020), intitulado “Desafios colocados para a clínica psicanalítica (e seu futuro) no contexto da pandemia de COVID-19: Reflexões a partir de uma experiência clínica”, que apresenta o trabalho de implementação de um serviço de atendimento psicanalítico com suporte virtual a partir da pandemia de COVID-19, bem como reflexões sobre as questões que emergiram dessa experiência, como a questão do corpo e das tecnologias no início, manutenção e no final da análise.

Algumas outras produções atuais acerca da clínica *online* e seus aspectos mais gerais dedicam-se ao relato de novas reflexões e experiências clínicas na observação de bebês e no atendimento de crianças e adolescentes no *setting on-line* durante a pandemia (NOGUEIRA, 2021; SILVA, 2021; TACHIBANA et al, 2021; ROSI, 2021; AZEVEDO, 2020). Também vão se delineando trabalhos que se dedicam aos atendimentos *online* e a sexualidade (GUELLER, 2021), a presentificação no tempo e espaço da clínica psicológica *online* (PONTES, 2021) e os impasses nas entrevistas iniciais de análise (COSTA, 2021). Essas são algumas produções que se propõem a investigar os novos contornos suscitados pelo online, considerando os preceitos e conceitos propriamente psicanalíticos.

Em uma breve retomada às produções nacionais em Psicologia até o ano de 2020 (ou seja, ao período anterior à pandemia), cabe ressaltar o trabalho de Leitão, Abreu e Nicolaci-da-Costa (2005) que, já no início dos anos 2000, apresentaram um artigo sobre os impactos da rede de *internet* sobre profissionais da Educação e da Psicologia. Este estudo buscou investigar como estes profissionais percebiam a utilização da *internet* por alunos e pacientes. Os resultados obtidos, cabe destacar, revelaram que, naquele momento, havia nestes profissionais um sentimento de desorientação em relação aos novos comportamentos de seus alunos e pacientes e as tecnologias, na qual a sensação de perda de controle e de quebra com os conhecimentos que sustentavam suas práticas até então geraram o que as autoras nomearam de um sentimento

de estar “à deriva”: “Para nós tudo é tão novo e desconhecido que não é raro termos a sensação de estarmos à deriva, pois os referenciais que nos guiavam deixaram de existir” (LEITÃO; ABREU; NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p. 153).

No contexto internacional, as contribuições de Scharff (2013a, 2013b) apresentavam-se como destaque nas discussões relacionadas à temática. A autora levantava questões referentes à utilização da tecnologia no processo analítico, o qual denomina *teleanalysis*, que consiste na psicanálise realizada remotamente, via chamadas de voz ou vídeo chamadas (SCHARFF, 2013, p. 491). Em seu trabalho são apresentadas discussões e argumentos favoráveis e desfavoráveis ao uso de telefone e *internet* no processo psicanalítico, envolvendo o enquadre (ou *setting*), de aproximações e diferenças entre ambas as modalidades, assim como exemplos clínicos nos quais há a utilização deste recurso com os analisandos.

Nota-se que, ao adentrarmos à temática da psicanálise em interseção com a modalidade *online*, uma das primeiras preocupações frente à esta adaptação ao ambiente virtual perpassa necessariamente à revisão e reconsideração de alguns de seus pilares, tais como as possibilidades e adaptações do enquadre (ou *setting*), bem como as formas em que a relação transferencial entre analista e analisando se desenvolverão e estabelecerão nesses novos moldes.

Nos artigos sobre a técnica, Sigmund Freud (1911-1913) tece considerações e recomendações sobre os princípios básicos da psicanálise: a dinâmica da transferência, considerações sobre o início do tratamento, bem como aos cuidados que os jovens médicos(as) iniciantes da prática psicanalítica deveriam considerar no andamento do tratamento. Algumas recomendações e práticas clínicas são comumente mantidas, como o atendimento individual de 50 minutos a sessão e a utilização do divã em alguns casos, por exemplo.

Naturalmente, a psicanálise sofreu alterações significativas desde Freud, tanto enquanto teoria como técnica. Hoje, encontramos diversas formas de se pensar e fazer psicanálise para além dos moldes clínicos tradicionais, como nas clínicas de rua e acompanhamentos terapêuticos, flexibilizando as regras de enquadre rígidas, antes consideradas essenciais à instalação e manutenção da transferência em análise.

Para Scharff (2013), um aspecto central a ser considerado ao se pensar a prática psicanalítica - sejam quais forem os seus moldes - perpassa a manutenção dos *psychoanalytical tenets*. Ou seja, da manutenção dos princípios e premissas para que uma psicanálise possa

acontecer, que consistem em: estabelecimento de um enquadre constante, da não diretividade, da escuta em associação livre, do manejo da transferência e das interpretações no sentido de desenvolver elaboração psíquica e funções de autoanálise (SCHARFF, 2013).

O enquadre consiste na “soma de todos os procedimentos que organizam, normatizam e possibilitam o processo psicanalítico” (ZIMERMAN, 2007, p. 301). Ou seja, dentro deste arcabouço de procedimentos, encontram-se os combinados estabelecidos conjuntamente no contrato analítico, que delimitaram “as regras do jogo”: o valor dos honorários, os dias e horários dos atendimentos, os períodos de férias, etc. Estas regras terão uma função no progresso da análise, pois serão elas que sustentarão a criação de um espaço outro no qual o paciente poderá reproduzir, através do vínculo transferencial estabelecido, suas vivências infantis traumáticas reproduzidas em ato com o psicanalista.

O *setting*, por sua vez, tem como função promover o estabelecimento do aporte da realidade exterior que trás consigo frustrações e privações inevitáveis, bem como na predominância do princípio de realidade sobre o princípio de prazer. Também será por meio do *setting* que o desenvolvimento da delimitação e diferenciação entre o “eu” e o “outro” poderá ser promovido, contribuindo para o processo de individuação e o estabelecimento de limites que serão parte importante do desenvolvimento da capacidade de simbolizar (ZIMERMAN, 2007, p.302).

Estas bases e premissas podem ser comprometidas com a passagem ao âmbito virtual. Um exemplo pertinente diz respeito à possibilidade de ocorrência de quedas na ligação ou ruídos referentes à qualidade da conexão de *internet* ou ligação - aspectos que são próprios da tele análise, ou outros tipos de interferências possíveis. No entanto, os conteúdos decorrentes de dificuldades e contratempos referentes ao mundo virtual também podem ser aproveitados como material de análise (assim como seria um cenário de interferência devido a ruídos externos no consultório, por exemplo), podendo ser expressas e interpretadas “assim como ocorre presencialmente” e tendo, para isso, a transferência o ponto central (SCHARFF, 2013, p.495).

Outros fatores também se presentificam. A diferença no tempo em decorrência do fuso horário, quando existente (nos casos em que terapeuta e paciente estão em estados/países diferentes há o manejo do fuso horário, por exemplo) e a distância geográfica entre terapeuta e paciente também devem ser consideradas. O enquadre e o estabelecimento de uma frequência que estabeleça o tratamento e o tempo limite de sessões também se mantêm.

A autora recomenda a realização de sessões presenciais periódicas nos casos em que se opte pela tele análise. Com relação ao *setting*, apesar de não compartilharem da mesma sala, o par analítico pode criar um espaço transicional entre os dois enquadramentos. A preocupação central, entretanto, coloca-se sobre a manutenção da comunicação dos conteúdos inconscientes através da transferência. Para aqueles que se utilizam deste método, analistas e analisandos podem criar e sustentar uma representação mútua em fantasia, consistindo em um novo processo analítico em desenvolvimento.

A transferência, como vimos, é considerada um dos pilares psicanalíticos - juntamente ao enquadre e ao *setting* - e uma das condições para que uma análise possa acontecer. A transferência de sentimentos e fantasias para a figura do analista estará presente no tratamento desde seu início, podendo ser expressas com diversas tonalidades e intensidades particulares à cada paciente e experienciadas como forma de transferência positiva ou negativa, coloridas de sentimentos ternos ou eróticos, ou de aspectos de rivalidade e agressividade. Os padrões e questões infantis, revividos através da figura do analista, são postos em ação em uma “colocação em ato com a atualização de identificações” (MINERBO, 2001, p. 54).

Sendo assim, a questão acerca da manutenção da transferência e de seu manejo através da análise realizada via telefone ou *internet* coloca-se como um fator de investigação. Se a transferência é uma condição para que uma análise efetiva possa acontecer, é igualmente fundamental compreender como este fenômeno tem se atualizado e se apresentado para além dos moldes e do *setting* clínico tradicionais.

Segundo a literatura previamente apresentada (SCHARFF, 2013), os cenários indicados para tal adaptação seriam aquelas nas quais não há a possibilidade de tratamento local, quando o paciente necessita viajar ou mudar-se de cidade e/ou país, transferências de escola/trabalho, condições médicas que impeçam a locomoção até o consultório, fobias específicas e o público mais jovem (que comumente se utiliza rotineiramente da *internet* em suas relações).

As contraindicações são destinadas principalmente aos quadros associados às adicções, configurações psicóticas e suicidas, ou quando o potencial de prejuízo não pode ser contido. Apesar das contra indicações gerais, a autora adverte que existem casos que possam ser bem conduzidos e manejados neste contexto, como situações nos quais o vínculo analítico é forte e há na localidade do paciente um psiquiatra disponível para atendimento de emergência e manejo medicamentoso quando necessário. É importante mencionar que no Brasil, entretanto, o Conselho Federal de Psicologia estabelece como contra indicação o atendimento online em

casos emergenciais: “o atendimento de pessoas e grupos em situação de urgência e emergência pelos meios de tecnologia e informação previstos nesta Resolução é inadequado, devendo a prestação desse tipo de serviço ser executado por profissionais e equipes de forma presencial” (CFP nº11/2018, s/p).

Também é necessária a avaliação das condições básicas para essa modalidade de trabalho, como o acesso a uma conexão de *internet* de qualidade, a um equipamento eletrônico (como um *notebook* ou *smartphone*) e de um ambiente que garanta a privacidade. Além da garantia de sigilo dos conteúdos trazidos em sessão, também é necessário que o espaço privado seja preservado para que a realidade externa possa ser atenuada e, assim, possibilitar a criação de um ambiente seguro para que o(a) paciente possa dar vazão aos conteúdos intrapsíquicos em associação livre no momento da sessão. Do mesmo modo, também é imprescindível que este ambiente possa garantir aos terapeutas a sustentação da atenção flutuante, por exemplo. No consultório, pela própria condição do espaço da sala protegida e reservada, há o favorecimento da construção desse espaço. Porém, ainda quando o paciente esteja em sua própria residência ou em outro local que comporte o atendimento *online*, orientações básicas a respeito da privacidade, utilização de fones de ouvidos, horários menos movimentados podem e devem fazer parte do contrato terapêutico e avaliação das condições para início e manutenção dessa modalidade de atendimento.

O trabalho nacional de Pieta e Gomes (2014) fornece uma revisão de literatura acerca de estudos sobre a utilização da *internet* na relação terapêutica (incluindo profissionais de outras abordagens), a fim de investigar as viabilidades ou inviabilidades da modalidade. Através do levantamento realizado pelos autores, constatou-se que, apesar da ausência de interpretação da linguagem corporal, as pesquisas haviam apontado semelhanças entre ambas as modalidades (presencial e *online*). Entretanto, verificou-se que a maioria dos estudos investigavam a efetividade desta utilização na abordagem cognitivo-comportamentais (TCC), indicando a importância de se compreender como “as diferentes abordagens psicoterápicas são utilizadas ou modificadas no ambiente virtual e quais requisitos são necessários para que sua prática ocorra em benefício do paciente” (PIETA; GOMES, 2014, p.27).

Este aspecto também se apresenta no estudo de Hallberg e Lisboa (2016). Os autores realizaram um estudo quantitativo sobre a percepção e uso de TICs por psicoterapeutas, com a participação de 155 psicoterapeutas gaúchos de diferentes abordagens. Os dados apontaram para o maior uso das TICs por psicoterapeutas de abordagem cognitivo-comportamental (TCC).

Psicoterapeutas de outras linhas teóricas apresentaram práticas clínicas com menos restrições em comparação ao grupo de psicanalistas (HALLBERG; LISBOA, 2016, p.1304), grupo este que também reportou maior desconforto com o recebimento de *e-mails* de pacientes em comparação aos demais profissionais.

Nóbrega (2015), sobre este aspecto, abrange esta discussão e tece considerações acerca das possibilidades da realização do espaço *online* como um espaço potencial, trazendo à luz desde teóricos que se colocam frente a este novo campo como um espaço de abertura e de investigação, até aqueles que caracterizam a psicanálise *online* como um extremo do ‘encaixotamento’ do saber e da ‘pronta entrega’. Essas ressalvas, em geral, eram associadas principalmente a ausência do contato com a linguagem corporal e as suas possíveis consequências para a transferência e para o manejo, principalmente de casos com características mais regredidas. Ainda assim, é preciso considerar que “o que constitui uma análise verdadeira precisa ser considerada no contexto de um ambiente em rápida evolução, onde as novas tecnologias e a cultura e seus valores não podem ser ignoradas” (NÓBREGA, 2015, p.148), devendo ter sua eficácia averiguada à medida em que são publicados trabalhos acerca da clínica do atendimento *on-line* (p.149).

Sobre esse aspecto, Belo (2020) menciona a ambivalência e resistência no campo psicanalítico diante de estudos sobre psicanálise à distância, o que o autor chama de uma espécie de “posição idealizada do *setting* e do próprio analista: É como se a análise *online* fosse sempre menor, um tanto impura, marcada por uma insuficiência” (p.73). Isso contribui para a frequente recomendação dos encontros presenciais sempre que possível, advertidos por alguns analistas em suas produções sobre o tema. Haveria aqui uma espécie de fetichização da teoria e da técnica do campo psicanalítico, na qual “a solidariedade e o desenho de acolhimento genuíno como ferramentas do analista, são atitudes que não se podem operacionalizar ou reproduzir nos manuais técnicos” (BELO, 2020, p.73). Assim sendo, o estabelecimento do *setting* virtual demandaria dos analistas o enfrentamento dessas idealizações e uma depuração dos elementos técnicos e éticos que sustentam essa escuta - movimento já feito anteriormente na história da psicanálise.

Diante deste cenário ainda em expansão, no ano de 2019 foi desenvolvido o que tomaremos como o primeiro passo para a proposta deste projeto de trabalho. Foi realizada, a partir de uma iniciação científica, uma pesquisa acerca de como os psicoterapeutas de orientação psicanalítica de uma cidade do interior do Estado de São Paulo estavam utilizando

as tecnologias da informação e comunicação (TICs) disponíveis em suas práticas clínicas naquele momento e se, de alguma forma, percebiam diferenças ou transformações na configuração do enquadre e na construção e manutenção do vínculo transferencial nesta nova modalidade ainda em ascensão (MOREIRA, 2019; RENZI, 2019).

Ao todo, participaram do formulário inicial de pesquisa 24 profissionais e, destes, 19 foram entrevistados. Os resultados obtidos demonstraram, entretanto, a assimilação ainda reservada por parte dos profissionais quanto aos recursos tecnológicos inseridos na clínica. Apesar do foco e expectativa inicial de investigação deste trabalho terem sido os atendimentos *online* (ou seja, as sessões por chamada ou videochamada), o que se destacou, nesta amostra de entrevistados e neste momento do andamento da pesquisa, foi a predominância da comunicação *online* enquanto prática cotidiana dos profissionais (trocas de mensagens, por exemplo), enquanto as sessões *online* em si mesmas eram utilizadas como prática reservadas apenas a situações restritas e pontuais.

A pesquisa revelou que 45,8% dos profissionais participantes não faziam os atendimentos de forma *online* e que 37,5% utilizavam este recurso na realização de atendimentos clínicos de forma ocasional. Apenas 4,2% declararam realizar atendimentos clínicos por videochamadas frequentemente. Naquele momento, a maioria dos profissionais (52,63%) restringiam o uso de videochamadas a atendimentos pontuais em casos de viagens ou mudanças de cidade ou país, preferencialmente intercalando sessões presenciais e em atendimentos clínicos ocasionais. Dos entrevistados, 15,79% dos profissionais dificilmente iniciariam uma análise nesses moldes, sem a possibilidade de encontros presenciais.

Observou-se, portanto, que o atendimento *online* apresentava-se como uma possibilidade viável apenas em algumas situações ocasionais e mantinha-se repleto de ressalvas quanto à sua utilização por parte dos psicólogos(as) entrevistados, mesmo após a recente resolução que garantia a realização dos atendimentos nessa modalidade de forma mais ampla. O que protagonizou o relato dos entrevistados foi um campo de incertezas e indefinições que cercava a comunicação com os pacientes proporcionadas pelos aplicativos de mensagens (MOREIRA, 2019; RENZI, 2019), corroborando com a literatura apresentada previamente.

Além disso, foi frequente nos relatos dos entrevistados a menção à prática de envio e troca de mensagens e áudios entre pacientes e terapeutas e a utilização do *Whatsapp* pelos pacientes como um espaço de “continuação” ou “extensão” das sessões. Este é um cenário comum à prática clínica contemporânea e que, sem respaldo teórico, foram sentidos e relatados

pelos entrevistados como impasses no fazer clínico cotidiano. Apesar das normatizações especificarem as recomendações quanto aos atendimentos na modalidade *online*, a comunicação e contato com os pacientes via mensagens ainda é um tópico por vezes pouco abordado nos debates sobre a clínica *online*.

Sobre o uso e a troca de mensagens, Barbosa e colaboradores (2013), pontuam situações nas quais pacientes ficam ansiosos à espera de mensagens ou ligações ou, em alguns casos, que passam a trocar mensagens enquanto falam com o analista, em um “modelo de relação alteritária que impede o sujeito de experienciar um intervalo suficiente entre a demanda e a satisfação, que lhe permita criar, no sentido *winnicottiano* do termo” (2013, p. 66). Com relação aos limites dessas situações e de outras, como ler ou não ler as mensagens, adicionar ou não nas redes sociais, etc., as autoras propõem a avaliação da singularidade dos casos, uma vez que estar presente fora das sessões pode tornar o analista inequivocamente acessível, dificultando a ilusão da espera e das barreiras entre o eu e o outro e fomentando a voracidade e, por outro lado, em outros casos, nas quais tais “respostas seriam garantidoras do vínculo, sem o qual seria impossível prosseguir na cura” (Barbosa et al, 2013, p.72).

Figueiredo (2020), diante desses impasses colocados aos analistas devido à pandemia de COVID-19, do distanciamento social e da disseminação dos atendimentos *online*, teceu considerações relevantes ao tema em seu trabalho. O autor traz à tona um conceito chave a ser considerado: o enquadre interior do analista, “resultante da transferência com a psicanálise e da introjeção da psicanálise pelo psicanalista” (FIGUEIREDO, 2020, p.68), sustentadas pela escuta e o pensamento clínico psicanalítico. O autor sugere que, quando o *setting* clássico é alterado, seja nos atendimentos *online*, nessas demandas de comunicação extra sessão ou em outras modalidades possíveis, o enquadre internalizado pelo analista pode ser acionado de forma a sustentar o processo em andamento. Portanto, em situações nas quais há essa maior flexibilização do *setting*, a exigência de que este enquadre internalizado parta do analista e que esse o sustente se intensifica. O que observamos, porém, é que diante da instantaneidade da comunicação, os limites se borram com mais facilidade e frequência, o que exige dos profissionais o exercício de retomá-los sem recorrer a defesas persecutórias diante dessa frequente demanda.

Sobre este aspecto, em “Clínica Psicanalítica Online: Breves Apontamentos sobre o atendimento virtual” (BELO, 2020) é apresentado um breve histórico sobre a temática, apontamentos técnicos e metapsicológicos pertinentes, como a metapsicologia da distância, o

divã, o enquadre, a contratransferência e a presença do sexual no campo virtual. Merece destaque a retomada de autores como Winnicott e Laplanche enquanto precursores de adaptações no *setting* para casos mais graves (p.72), nas quais seria possível uma análise propriamente dita (ou seja, nos moldes tradicionais) somente em alguns momentos do processo analítico como um todo. Dessa maneira, são resgatados aspectos que vão para além dos indispensáveis procedimentos técnicos, como: a sustentação feita a partir de uma ética do cuidado, que pode ser facilmente transposta para o ambiente virtual, já que nessa modalidade a “presença do analista deve exercer a função de *holding* (sustentação), que garante a continuidade e a função de continência e que nos proporciona as experiências de transformação” (BELO, 2020, p. 75).

Assim sendo, em consonância com o enquadre internalizado pelo analista proposto por Figueiredo (2020) apresentado acima, há aqui a concepção de que tanto na clínica tradicional, quanto na clínica na qual o *setting* é modificado, seja necessário o movimento no qual o analista sustente ele mesmo o enquadre a partir da escuta: “o analista interioriza o próprio fazer analítico, a teoria, seu próprio percurso de análise, suas suas apropriações teóricas e institui ele mesmo o enquadre a partir de sua escuta” (BELO, 2020, p.74).

No entanto, para além do prisma de considerações caras especialmente à psicanálise, há também outros pontos a serem considerados de modo geral na avaliação da viabilidade de um atendimento *online* por psicólogos(as) em alguns casos, que são atrelados à territorialidade dos terapeutas e dos pacientes em tratamento. Este conhecimento sobre a territorialidade, que pode ser muito particular à vivência de cada região, cidade ou país em que se reside, é comprometida em algumas situações nas quais se demandam orientações das redes de saúde e saúde mental, redes de apoio das cidades ou países, locais de referência, psiquiatras e/ou outros profissionais e locais que podem, em alguns casos, serem necessários ou mesmo indispensáveis.

Esse aspecto particular de cada região, e que muitas vezes passa despercebido, deve ser também considerado em casos que potencialmente possam demandar um tipo de atenção integrada. Isso pode ser um desafio aos terapeutas que não possuem este conhecimento regional (comum ao trabalho cotidiano da clínica presencial fixada em um território). Em alguns casos, nos quais terapeutas e pacientes estão em países diferentes, há também que se levar em conta outros aspectos, como o laço estabelecido pela identificação a um lastro cultural comum que se assenta, em última instância, no compartilhamento da primeira língua e nas nuances culturais envolvidas.

Sobre a temática da utilização da *internet* no atendimento à migrantes, foram encontrados quatro trabalhos nacionais (DANTAS, 2016; NOGUEIRA, 2022; SILVA 2021; MARTINS, 2022) em levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados Google Acadêmico, Scielo, BVS Psicologia e Pepsic (2022), através da combinação das palavras-chave: psicanálise, *online*, análise, migrantes, expatriados, imigrantes, psicologia e psicoterapia.

O primeiro trabalho, “ Migração, Prevenção em Saúde Mental e Rede Digital” (DANTAS, 2016), teve como propósito a discussão do papel do atendimento e orientação psicológica intercultural para prevenção a saúde mental de imigrantes, através da mediação tecnológica e do atendimento breve realizado em duas universidades. Segundo a autora, os atendimentos e as orientações interculturais funcionaram, nesses casos, como “um espaço potencial que possibilita a transição do migrante de um universo cultural a outro, em que a tecnologia funciona como um objeto transicional” (DANTAS, 2016, p.153) em um processo no qual passado e presente seriam considerados e integrados na experiência e vivência dos sujeitos que emigram.

O segundo artigo, “Particularidades no Atendimento Psicoterapêutico de Brasileiros Expatriados” (NOGUEIRA, 2022), consiste em uma produção derivada de trabalho de conclusão de curso. A pesquisa se deu pela aplicação de um formulário online, respondido por psicólogos brasileiros com experiência clínica no atendimento de brasileiros expatriados. Os resultados apontaram para os aspectos conscientes e inconscientes envolvidos nas motivações para a mudança de país, como a idealização do país de destino, a separação das figuras parentais e a busca pela identidade. A língua materna, nesses casos, aparece como uma “possibilidade de respiro” e de “contato com uma cultura conhecida e aconchegante” (p.45). Por outro lado, a utilização da língua estrangeira geralmente estaria associada a uma utilização defensiva e de racionalização dos afetos e conteúdos de grande impacto emocional.

Já os trabalhos de Silva (2021) e Martins (2022), por sua vez, ancoram-se em bases esquizoanalíticas e humanistas, com relato de experiências em instituições voltadas ao acolhimento de migrantes. Nesse sentido, diferem do escopo da presente pesquisa.

1.3 Conclusão

Diante do exposto e a partir dos trabalhos apresentados previamente, conclui-se que, ao considerarmos os diversos aspectos e implicações dos atendimentos *online*, devemos nos atentar à análise da viabilidade de sua utilização tomando como régua as possibilidades e limites de cada paciente, principalmente em casos nos quais não haja outra possibilidade de acesso à um(a) terapeuta, como em locais afastados ou pacientes em outros países, por exemplo.

Levando isso em consideração, a seguir será apresentado a caracterização do programa de intercâmbio *Au Pair* e, a seguir, as discussões referentes às diferentes condições migratórias e seus possíveis impactos nos sujeitos. A partir de vinhetas clínicas, continuaremos de modo a desenvolver uma discussão a respeito da clínica *online* enquanto possibilidade de acolhimento, elaboração e escuta à este público.

2 O “AU PAIR” COMO FORMA DE MIGRAÇÃO

Como indicamos na introdução, o “*Au Pair*” tem se tornado uma modalidade cada vez mais presente nos fluxos migratórios de cidadãos brasileiros para o exterior. Considerando que nossa dissertação versa especificamente sobre esta modalidade, este capítulo visa caracterizar esse tipo de intercâmbio e fazer sua devida contextualização em termos de fluxo migratório, bem como indicar os eixos gerais de sua compreensão a partir de nosso referencial teórico.

2.1 Sobre o Intercâmbio “*Au Pair*”

O programa *Au Pair* é uma modalidade de intercâmbio cultural na qual uma família nativa de um país habilitado (geralmente localizados no norte global) para tal modalidade propõe-se a receber jovens moças e rapazes que serão responsáveis pelos cuidados das crianças da família e por algumas tarefas domésticas. Em contrapartida, as jovens recebem um salário “simbólico” - geralmente muito abaixo dos valores cobrados por babás locais - e a possibilidade de contato com uma cultura e língua diferentes de seu país de origem.

Essa prática se originou na Europa após a Segunda Guerra Mundial, na qual um grande número de jovens mulheres passou a deslocar-se em busca de trabalho. A igreja, como justificativa a possibilidade do “declínio moral” deste grupo em decorrência da independência adquirida por essas jovens mulheres, passou a incentivá-las a viver com famílias para adquirir habilidades domésticas e a aprender uma língua estrangeira (MOUSINHO, 2019, p.30). Posteriormente, no ano de 1971 entrou em vigor o Acordo Europeu sobre Colocação *Au Pair*, que constituía uma categoria especial, nem de estudante, nem de trabalhadora, mas de desenvolvimento linguístico, profissional e cultural, chegando ao continente americano no ano de 1986 (p.30).

Atualmente, as condições de participação e pré-requisitos são diferentes de acordo com o país de destino. Há especificidades legais para se inserir enquanto *Au Pair* nos Estados Unidos que são diferentes na França, Alemanha ou outro país da Europa, por exemplo. Em linhas gerais, o limite de idade, proficiência básica, intermediária ou avançada no idioma local ou

outros idiomas, ser solteira e sem filhos, ser ‘saudável’, ter experiência prévia no cuidado com crianças comprovada e passaporte válido são algumas das condições gerais de aplicação.

No caso dos Estados Unidos da América (EUA), é obrigatória a mediação por uma agência e de autorização de visto J-1, que exige os seguintes requisitos dos aplicantes: idade entre 18 e 26 anos, proficiência no idioma, exame físico, entrevista presencial em inglês com um representante que irá preparar um relatório posteriormente disponibilizado à família anfitriã, apresentação dos antecedentes criminais, referências profissionais não associadas à família de origem e perfil de personalidade avaliado por teste psicométrico. Na Europa, os países habilitados ao programa são: Dinamarca, Bélgica, Finlândia, França, Islândia, Irlanda, Itália, Liechtenstein, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Espanha, Suécia, Suíça e Reino Unido.

As famílias, em contrapartida, também precisam corresponder a alguns requisitos, como: ter pelo menos um filho com menos de 18 anos de idade, fornecer um quarto à(o) *Au Pair*, responsabilizar-se pelos custos, que incluem as despesas com a moradia e alimentação do(a) *Au Pair*, seguro e/ou taxas, do “salário” ou “mesada”, entre outros, além de estarem dispostos ao intercâmbio cultural. No caso de alguns países, há também a necessidade de algum membro da família ser um cidadão da União Europeia e do idioma oficial do país ser o principal a ser utilizado para comunicação na casa. Na tabela abaixo, desenvolvida por Mousinho (2019), são apresentadas as regras e condições estabelecidas pela França, Holanda, Alemanha e Estados Unidos:

Tabela 1 – Regras do programa *Au pair* em diferentes países

País	Idade máxima permitida	Carga horária semanal de trabalho	Remuneração mensal mínima	Bolsa auxílio para estudos	Duração máxima permitida do contrato
França	30 anos	30 horas	320 euros	Não é obrigatório	1 ano e 6 meses
Holanda	30 anos	30 horas	300 euros	270 euros	1 ano
Alemanha	30 anos	30 horas	260 euros	200 euros	1 ano
Estados Unidos	26 anos	45 horas	800 dólares	500 dólares	2 anos

Retornando ao nome do programa, a palavra *Au Pair*, do francês, significa “ao par”, “em iguais condições” ou “pareado”. Nesse sentido, há neste nome uma ideia de troca, ou de intercâmbio cultural que se sustenta em uma suposta igualdade entre os(as) interessados no intercâmbio e a família hospedeira, bem como uma ideia de paridade na estrutura familiar, na

qual o(a) *Au Pair* tornaria-se “parte da família”. No entanto, em um dos principais sites de referência chamado “*Au Pair World*”, encontramos as seguintes apresentações do programa destinado às famílias interessadas e às(aos) potenciais aplicantes:

Become a host family and enjoy the modern solution for better family management. An au pair brings you highly flexible childcare in your home and a one-of-a-kind cultural cooperation - Outstanding childcare flexibility, new cultural horizons for the whole family, simple and economical. A young person (typically aged between 18 and 30) from a foreign country joins your family and is integrated as a full-fledged member of the family team for a defined period of time (usually from 3 - 12 months). The au pair helps with childcare and family tasks while learning the language of the host country and benefiting from cultural exchange. (Au Pair World, 2023)

Por outro lado, a apresentação do programa destinado às(aos) jovens aplicantes:

Become an au pair and have the time of your life - Would you like to live in a foreign country? Learn the local language and experience the culture of the country directly in a host family? Make friends from around the world and at the same time do something great for your CV? Then why not become an au pair? An au pair is a young person between the ages of 18 and 30, single and without children, who travels to a foreign country for a defined period of time to live with a host family. As an au pair you take on a role as a member of the family and help your host family with childcare and light housework. In return, you receive free room and board plus pocket money. (Au Pair World, 2023)

Esta apresentação ilustra brevemente como o programa é diferentemente anunciado para ambas as partes. As problemáticas relacionadas ao *Au Pair* já foram apontadas por diversos trabalhos internacionais, sendo alguns deles “*‘Big Sisters’ Are Better Domestic Servants?! Comments on the Booming Au Pair Business*” (HESS; PUCKHABER, 2004); “*Working Conditions as Risk Factors for Depressive Symptoms among Spanish-Speaking Au Pairs Living in Germany—Longitudinal Study*” (ESPINOZA-CASTRO et al, 2021) e “*I Always Wanted to Go Abroad. And I Like Children: Motivations of Young People to Become Au Pairs in the USA*” (GESERICK, 2012). Já os trabalhos nacionais identificados em levantamento de literatura foram quatro: “*Imigração Brasileira Nas Cadeias Globais de Cuidado: Um Estudo Sobre Au Pairs Brasileiras Na Holanda*”, de Oliveira (2023); “*Au Pairs Brasileiras e Suas Rotas Desviantes: História Oral e Vidas Móveis*” (MOUSINHO, 2019); “*Au Pair Program: Intercâmbio Cultural ou Importação de Mães Substitutas* (DANTAS, 2021) e “*In(H)ospitalidade e Turismo De Intercâmbio: Um Estudo Sobre Au Pairs Brasileiras nos Eua* (ARRAIS, 2021). Continuaremos abaixo com o trabalho de Hess e Puckhaber (2004).

Hess e Puckhaber (2004), em uma pesquisa realizada na Alemanha constataram que,

entre as motivações das famílias aplicantes envolvidas na procura por *Au Pairs*, estavam a falta de oferta de serviços públicos como berçários e jardins de infância com carga horária suficientes para as famílias. Assim, diante da falta de rede de apoio, as famílias se viam sem com quem deixar as crianças em casos de emergência, por exemplo.

Além disso, havia também nas mães a demanda de retornar ao mercado de trabalho o mais rápido possível e mostrar-se flexível para horas extras, quando solicitado. Sendo assim, dispor de uma babá em casa significaria às famílias ter alguém para ligar a qualquer momento, podendo oferecer o máximo de flexibilidade no trabalho, como no caso de mulheres com trabalhos que demandem horas extras ou longas jornadas.

A autora ressalta, porém, que a carreira dos maridos dificilmente era questionadas, recaindo sobre as esposas a tarefa de organização doméstica e o cuidado dos filhos, incluindo a contratação de uma babá como forma de compensação ao trabalho fora do ambiente doméstico: “*The gender-specific division of labour was, therefore, reproduced even in the matter of delegating housework to another person*” (HESS; PUCKHABER, 2004, p.72). Esse é um dos motivos pelos quais as *Au Pairs*, em geral, interagem inicialmente somente com as “*Host Moms*” (mães hospedeiras), uma vez que seja presumido como um encargo da mulher dentro do sistema familiar o cuidado com as crianças ou, quando necessário apoio, a contratação de uma babá para tal.

Sendo assim, vemos que os elementos descontraídos e de apelo às trocas culturais, amigos e viagens, bem como à ideia de “ser parte da família” fazem parte do marketing destinado às(aos) aplicantes enquanto, por outra via, às famílias destina-se o apelo de solução moderna e econômica para a gestão familiar, também como forma de satisfação da demanda de rede apoio já apresentada anteriormente. Ainda que elementos se cruzem, há uma disparidade entre as expectativas apresentadas a ambos os lados, o que pode se conformar posteriormente em um propulsor de conflitos conscientes e inconscientes. Sobre esse aspecto, Oliveira (2023) destaca que esse tipo de abordagem favorece uma expectativa de relação íntima e envolvimento emocional no programa, ainda com as desigualdades envolvidas no mesmo: “A partir de um processo de naturalização do trabalho afetivo, pensa-se este ofício como um não trabalho, o impondo promessas de fidelidade” (p.145).

Há, ainda, o estereótipo de gênero no qual o trabalho doméstico recai sobre as mulheres. Nesse sentido, uma vez que a *Au Pair* assume o papel da “irmã mais velha” ou “parte da família”, são estabelecidas expectativas de trabalho não pago e de “integração” familiar. Uma

vez que essas expectativas relacionadas ao servir muitas vezes foram vivenciadas em suas próprias famílias de origem, o trabalho doméstico torna-se então algo esperado e “pago” com apreciação, cuidado e integração familiar, o que contribuiria para uma espécie de “economia moral” do trabalho doméstico:

In contrast to the 'rational, monetaristic contract' underlying paid labour, domestic work is typically viewed as a 'mutual moral contract,' embedded in the dense social and gendered relations of the family. The women, therefore, saw their reward for helping with the housework not in monetary terms but first and foremost in the 'moral currency' of appreciation, caring and familial integration. (Hess; Puckhaber, 2004, p.69)

Neste cenário, é comum o surgimento de sentimentos conflituosos por parte das *Au Pairs* com relação aos “*host parents*”, ou mesmo com relação às crianças. Integrar-se na família, ainda que compreenda uma expectativa inicial comum vinda das *Au Pairs* e que seria supostamente positiva por um lado, por outro lado, caracteriza uma maior possibilidade de extrapolação de limites - como trabalhar mais horas do que o combinado, por exemplo. Nesse sentido, é destacado pelas autoras como a economia moral evidencia-se nesta relação: “*We are one family, you can not leave us alone with the child care*” (p.73), ou seja, “nós somos uma família agora, você não pode nos deixar sozinho no cuidado com as crianças”, o que se apresenta enquanto um discurso que permeia uma espécie de acordo implícito de cooperação e responsabilidade mútua, extrapolando as relações de um trabalho pago monetariamente.

Além disso, em decorrência de estarem vivendo na mesma casa, devido à dependência financeira e material envolvida - e, em decorrência disso, do medo de gerar atritos - é possível que algumas *Au Pairs* tenham dificuldade de se impor e de estabelecer limites. Hess e Puckhaber (2004) destacam, ainda, a problemática da relação desenvolvida entre as *Au Pairs* e as crianças, principalmente as crianças pequenas, na qual há a construção de um vínculo muito próximo, decorrente de sua dedicação aos cuidados, da extensa convivência diária e do acompanhamento de seu desenvolvimento, o que pode nutrir sentimento de culpa quando há a tentativa, por parte da *Au Pair*, de estabelecer limites quanto ao acesso à ela (como o acesso a seu quarto, por exemplo) ou do estabelecimento de uma restrição quanto às horas trabalhadas, em uma tentativa de aproximação com o trabalho pago - como vimos, em contraposição a economia moral (p.74).

Diante do exposto, ao tratar dessas hierarquias, trocas e das relações estabelecidas, é importante pontuar a prática comum da construção, por parte das *Au Pairs*, de um vocabulário

próprio de palavras dentro do programa a partir do qual as histórias são narradas, mas também os sentidos e experiências são compartilhadas e os lugares familiares delimitados. Assim, neste compartilhamento entre *Au Pairs* ou mesmo nos relatos, há alguns nomes que delimitam e permeiam os lugares de cada membro da família.

A *Au Pair*, como vimos, é a intercambista; também é comum a autorreferência a partir da expressão satírica “*Au poor*”, ou seja, a *Au Pair* pobre. Quando a *Au Pair* aplicante e a família hospedeira - *Host Family* - demonstram interesse mútuo e optam por dar início ao programa, há um “*Match*” entre ambos, ou seja, uma correspondência. A “*Host Family*” é a denominação utilizada para a família hospedeira, composta pelas “*Host Kids*”, “*Kids*”, “crianças” ou pelas “minhas crianças”, em alguns casos. Neste núcleo familiar, também há os “*Host Parents*” (Mãe ou pai anfitriões), “*Host mom*” ou “*Hosta*” ou “*Host dad*” ou “*Hosto*” (*Hosta* e *hosto* são a forma abreviada), mas também é comum a referência em português diretamente à “Mãe” ou “Pai” (nos casos atendidos, nunca ou raramente eram mencionados os nomes dos integrantes da família). “Fofa” ou “fofo” também são formas de denominação aos pais da família, porém com caráter irônico, geralmente utilizado em situações nas quais existam conflitos ou críticas envolvidas.

“*Curfew*” faz referência ao horário de toque de recolher estabelecido por algumas famílias, já “*Schedule*” é o cronograma de trabalho semanal. Caso exista incompatibilidade entre a família e a *Au Pair* ou problemas decorrentes da convivência, horários de trabalho, combinados e/ou outros, ambos podem solicitar o “*Rematch*” ou recombinação. Nesse cenário - mais comumente iniciado pela família hospedeira - há um prazo de duas semanas para que a *Au Pair* encontre uma nova família que a receba. Se em duas semanas a *Au Pair* não encontrar uma nova família, esta deverá retornar ao Brasil (no caso dos EUA). O *rematch* com uma nova família também pode ser solicitado ao final de um ano de programa, no qual há a possibilidade de extensão do prazo em até 12 meses. Nos EUA, como há a necessidade de uma agência, há a figura do/a mediador ou “*Counselor*”, que são os funcionários responsáveis por atender às *Au Pair* e às famílias de uma determinada região.

A “Família perigo”, por fim, é a expressão utilizada para referir-se às famílias que quebram as regras do programa e/ou não respeitam a programação semanal de atividades (*schedule*) previamente acordados ou as condições estabelecidas (carro disponível para uso, por exemplo), ou que possuem práticas abusivas com relação aos horários de trabalho, trabalhos

domésticos, desrespeito e controle dos horários livres das *Au Pairs*, invasão de privacidade ou mesmo casos de assédio.

Assim, as expressões apresentadas são utilizadas para expressão do cotidiano e dos conflitos vividos e entre as *Au Pairs* e compartilhados em grupos, que muitas vezes encontram no laço social apoio ou acolhimento diante dos desafios enfrentados. Algumas experiências perpassam, no entanto, pela via do traumático e pelo silenciamento, como veremos nas vinhetas expostas mais à frente.

Contudo, ainda que o intercâmbio *Au Pair* seja uma proposta de experiência com tempo definido, prazo de extensão máximo e com previsão de término em até dois anos, o que observamos, no entanto, é a utilização desta modalidade para a saída do país de origem e de inserção no país de destino com expectativas de residência e de imigração. Todas as pacientes atendidas permaneceram no país escolhido para intercâmbio, ainda que conflitos com relação ao status do visto e possibilidades de carreira apareçam como adversidades durante esta transição. O Brasil, assim, torna-se posteriormente um local de férias e turismo (em uma espécie de inversão da proposta inicial do *Au Pair*, no qual seria o país estrangeiro aquele destinado às viagens e turismo), como um local afetivo onde familiares vivem, mas que pouco oferece em termos de segurança, oportunidades de trabalho, poder de compra e oportunidades.

A partir desta perspectiva, pensar sobre o *Au Pair* também é também, em certa medida, pensar sobre migração, sobre as condições migratórias envolvidas e em seus possíveis impactos. Abaixo, serão apresentadas considerações sobre as migrações, bem como conceitos que se propõem a delimitar alguns dos efeitos envolvidos em seu processo.

2.2 Condições Migratórias

Adentrando à temática das migrações, é importante que façamos algumas considerações sobre a natureza das migrações, suas diferentes condições e contextos nas quais ocorrem. Para isso, tomaremos como base a literatura sobre a temática, bem como as definições fornecidas pela Organização Internacional para as Migrações (OIM). De forma geral, o processo de migração pode ser descrito como:

Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um

movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos. (OIM, 2009, p.42)

Ou seja, entenderemos como migração o deslocamento geográfico de uma determinada população de um local a outro, seja ela definitiva ou temporária, com destino nacional ou internacional e podendo ser motivada por razões diversas. Tomando como perspectiva a título de exemplo, um sujeito que sai de seu país de origem será emigrante para aqueles que nele ficam e, ao chegar no local de destino, receberá a denominação de imigrante com referência aos moradores locais.

Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores, no ano de 2020 haviam aproximadamente 4,2 milhões de brasileiros no exterior, divididos entre América do Norte (46,06%), Europa (30,85%), América do Sul (13,99%), Ásia (5,41%), Oceania (1,50%), Oriente Médio (1,33%), África (0,63%) e América Central e Caribe (0,23%). As comunidades brasileiras mais populosas fora do país são, em ordem decrescente: Estados Unidos da América, Portugal, Paraguai, Reino Unido, Japão, Itália, Espanha, Alemanha, Canadá e, por fim, a França (2020). É possível observar na tabela abaixo os dados referentes à comunidade brasileira no exterior, do ano de 2009 a 2020.

Tabela 1 - Dados sobre a comunidade brasileira no exterior

Ano	População	Variação
2009	3.180.074	-
2010	3.122.813	-2%
2012	1.898.762	-39%
2013	2.801.249	48%
2014	3.105.922	11%
2015	2.722.316	-12%
2016	3.083.255	13%
2018	3.590.022	16%
2020	4.215.800	17%

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2020.

Nota-se que, ainda que com variações, a comunidade brasileira no exterior cresceu ao longo dos anos. Segundo o levantamento mais recente, do ano de 2020, os números da

comunidade brasileira apresentaram um aumento de 625.778 pessoas em comparação ao ano de 2018 (o que corresponde a um aumento de 17% com relação ao ano de 2018 e 32,6% com relação ao ano de 2009). O relatório não especifica, entretanto, se estes dados correspondem a população brasileira da qual se têm registro de saída/entrada ou se estão inclusas aqui uma estimativa também de imigrantes brasileiros que não estão registrados (em situação não documentada).

É indispensável considerar, ainda, as características particulares das diferentes condições migratórias, que compreendem as migrações espontâneas/livres ou forçadas e que podem ocorrer de maneira documentada ou não documentada². Além da caracterização destes conceitos, serão apresentadas abaixo considerações acerca dos impactos subjetivos específicos à estas modalidades.

A migração espontânea ou livre constitui-se como deslocamento sem relação direta com motivo externo (por exemplo: guerras, conflitos, entre outros). Pode ocorrer por motivos diversos, relacionados à reunião familiar, estudos, oportunidades de trabalho, interesses culturais e intercâmbios (consideraremos aqui o *Au Pair*), entre outros. As migrações forçadas, ao contrário, são associadas a situações relacionadas à pressões externas (sociais e/ou ambientais), como conflitos políticos, ameaças à vida ou à sobrevivência, perseguições por motivos étnicos/raciais, orientação sexual, religiosos, catástrofes naturais, entre outros (OIM, 2009, p.43).

Dentro do espectro das migrações forçadas, podemos citar o caso de refugiados e exilados. Refugiados são pessoas que estão fora de seu país em decorrência de perseguições diversas e que não podem ou não querem valer-se da proteção de seu país de origem, recorrendo à “proteção internacional” e buscando refúgio jurídico, assistência e proteção em outros países. É importante citar que pessoas refugiadas não podem retornar aos seus países de origem devido ao risco de vida envolvido, o que pode produzir efeitos psíquicos específicos nesta situação. O caso dos exilados se assemelha ao dos refugiados com relação à característica de migração forçada e a associação entre a saída do país e motivos relacionados à perseguição, violência e

² O termo legal ou ilegal cai em desuso devido à estigmatização e conotação de criminalização do sujeito que migra. Nesse sentido, não existem pessoas ilegais, mas ações que são consideradas crimes em um determinado território e/ou cultura. Além disso, nessa perspectiva, a migração e o deslocamento de pessoas é tomada como um direito humano.

risco à vida e com pouca ou nenhuma possibilidade de retorno por esses motivos. Diferentemente dos refugiados, no entanto, sua situação jurídica pode ser diferente e com assistência dificultada caso não possua um pedido formal de exílio ou assistência do país que o recebe, possuindo por vezes menos segurança jurídica com relação à deportação, por exemplo.

Também é importante citar o caso de apátridas, deslocados internos e retornados. Apátridas são pessoas sem reconhecimento de cidadania por nenhum país, situação essa que pode ocorrer por diversos motivos, desde a discriminação ou perseguição de minorias étnicas, falhas no reconhecimento de todos os residentes do país como cidadãos em casos de independência do país (sucessão de Estados) ou conflitos de leis entre países. Em um contexto nacional, também existem deslocamentos internos, que correspondem aos movimentos migratórios dentro do próprio país, como, por exemplo, o caso das migrações entre as regiões norte/nordeste e sul/sudeste no Brasil. Por vezes, os deslocados internos enfrentam situações similares aos refugiados citados anteriormente, com exceção do atravessamento de fronteiras internacionais para a procura de proteção. Por fim, os retornados são aqueles que retornam ao seu país ou região de origem após um período de tempo instalados fora de sua terra natal.

As migrações, em suas diferentes condições, podem ocorrer de maneira documentada, através de processos migratórios motivados por ofertas de trabalho, processos governamentais, estudos ou outras formas legalmente reconhecidas e amparadas, como no caso do acolhimento de refugiados. Há, ainda, as migrações não documentadas, que ocorrem sem amparo legal do país/estado hospedeiro, o que pode comprometer as possibilidades de acesso à direitos básicos como saúde, educação, trânsito interno ou externo do país, acarretando em vulnerabilidade social, física e psíquica daqueles que a vivenciam (OIM, 2009, p.47).

Diante dos diferentes cenários migratórios expostos acima e considerando seus níveis de amparo jurídico e social, cabe citar Rosa (2009), que destaca que as questões políticas envolvidas nas migrações – principalmente nos casos com documentação dificultada – merecem destaque, pois as pessoas que se encontram em condições precárias podem ser levadas a agir em resposta à urgência. A questão da regularização no país e da documentação que permita uma estadia legal, por exemplo, podem levar os sujeitos à situações potencialmente vulneráveis e traumáticas, como: “empregos precários, casamentos arranjados, em filhos gerados para legalização, estratégias que supostamente decidiriam a posição do sujeito (ROSA, 2009, p.5) Além disso, ainda que a documentação seja em muitos casos uma condição mínima de “proteção” no país hospedeiro (como no caso de refugiados, por exemplo), nem sempre a

regularização e documentação necessárias garantem o amparo aos imigrantes, uma vez que as condições objetivas de sobrevivência econômica por vezes não são oferecidas e garantidas pelo país que os acolhem.

Lisette Weissmann, em “Migração/exílio e a perda da língua materna” (2017), apresenta as semelhanças e diferenças entre imigrantes e exilados, em uma tentativa de diálogo entre os conceitos. A autora pontua o caráter transitório das migrações, que são muitas vezes acompanhadas de rupturas, crises, perda de referências de contexto e da cultura que dão sustentação e apoio ao meio social, em um processo que consiste na travessia entre culturas e línguas, mas sem garantia de que esse processo resultará em uma estruturação do sujeito intercultural, “inserido e atravessado pelas diversas culturas que o marcam” (p.187).

Nesse sentido, as mudanças de país (ou região, considerando países de dimensões continentais como o Brasil) exigem dos migrantes e exilados um esforço de ressignificação dos conteúdos internalizados, de seus vínculos e significados externos e internos, sendo demandada a constante readaptação do cotidiano, hábitos e condutas para que estas se façam significativas no novo local. Esses esforços de adaptação demandam dos sujeitos investimentos psíquicos e recursos que são marcados, muitas vezes, por rupturas e pelo luto pela perda da cultura e hábitos de sua terra natal, em um processo de reformulação de uma nova cultura que “faça sentido para ele mesmo e para os mais próximos, dando conta da nova realidade que está vivendo” (WEISSMANN, 2017, p. 188). Para a autora, a situação dos migrantes e exilados se diferencia na medida em que essas adaptações e readaptações perpassam o nível da possibilidade de escolha, bem como da possibilidade ou não de retorno ao país (ou região) de origem.

Na migração livre ou espontânea, as mudanças e adaptações atravessam um processo de elaboração e escolha do destino de mudança, bem como dos conteúdos que serão mantidos e conservados e daqueles que serão abandonados no novo cotidiano e cultura local. Já no exílio, este processo é dificultado ou impossibilitado, na medida em que não há um processo de escolha do país de destino ou perspectiva de retorno ao país de origem, marcando uma posição traumática que deverá ser elaborada pelo sujeito:

A experiência do exílio é vivida como traumática, na medida em que os sujeitos não têm a opção de fazer uma escolha subjetiva do país no qual vão se exilar e, simplesmente apelam para qualquer terra que o acolha, na fuga desesperada das situações de violência vividas em seu país de origem, tanto de perseguição política, quanto religiosa, racial ou econômica (WEISSMANN, 2017, p.190).

Considerando o programa *Au Pair*, ainda que estejamos nos referindo a um processo de entrada para migração espontânea, ou seja, com possibilidade inicial de escolha do país de destino e/ou idioma, também é importante considerar os aspectos relativos à um desamparo vivenciado posteriormente, justamente por sua condição indeterminada ao final do programa. Isso pode ocorrer devido às possibilidades proporcionadas (ou a ausência delas) de continuidade de residência no país, bem como dos meios para tal, o que pode gerar um cenário concreto e emocional colorido de desproteção e de incertezas. Sendo assim, continuar ou não no país, retornar ou não ao Brasil, dependeria, nesses moldes, muito mais das condições imediatas fornecidas por outros (como a tutela legal da *host family* para autorização de estadia em anos sociais na Europa, por exemplo; ou do casamento que garanta o acesso à residência), isso tendo em vista as dificuldades enfrentadas em algumas situações para o acesso à educação de nível superior - o que garantiria um visto de estudante, por exemplo.

Feitas essas caracterizações dos diferentes tipos migratórios e suas especificidades, serão apresentados a seguir alguns conceitos psicanalíticos que poderão ser ferramenta de compressão dos efeitos psíquicos envolvidos nos movimentos migratórios apresentados acima.

2.3 Olhar Psicanalítico sobre as Migrações

Feitas as considerações gerais sobre as migrações, é importante lembrar que os movimentos migratórios foram presentes em diversos momentos durante a história da humanidade, incluindo na história da psicanálise e dos próprios psicanalistas.

Sobre a difusão geográfica da psicanálise, em “O tronco e os ramos”, Mezan (2014) fala sobre os caminhos e percursos pelos quais a psicanálise percorreu para que se tornasse possível o cenário atual, através do que o autor denomina de uma “tríplice diáspora: uma dispersão geográfica, uma doutrinária e uma terceira dispersão institucional, responsáveis pela transformação na teoria e na prática clínica da psicanálise” (p.314). Foi através dessa diáspora, ou seja, dessa dispersão em sementes, que a raiz freudiana fez então brotar, nesta metáfora que a aproxima de uma árvore, quatro novos troncos que se constituíram as escolas psicanalíticas, compostas pela escola kleiniana, lacaniana, a psicologia do ego americana e a escola britânica das relações de objeto, todas elas desenvolvidas com base em ampliações e rupturas tendo como referência o trabalho original de Freud.

Aisle e colaboradores (2013) também chamam a atenção para o fato de que, apesar das recorrentes migrações na história psicanalítica, os(as) analistas imigrantes negligenciaram a temática e as suas possíveis consequências traumáticas decorrentes dos deslocamentos e dos efeitos defensivos e emocionais envolvidos: “é fato que aqueles analistas imigrantes teriam negligenciado universalmente o tema que tanto fazia parte das suas próprias vidas, nomeadamente, as vicissitudes da experiência da imigração e as suas consequências psicológicas”³ (AISLE et al, 2013, p. 664, tradução nossa).

Melanie Klein, por exemplo, nasceu em Viena (cidade localizada na Áustria) e, durante sua vida, mudou-se para a Hungria e, posteriormente, para Berlim, na Alemanha. Em 1926, deslocou-se novamente para onde viveria até seu falecimento, em Londres, na Inglaterra. Na história de Freud, por sua vez, também houveram deslocamentos territoriais: Freud nasceu em uma família judia de Freiberg - naquele momento parte do Império Austro-húngaro - e viveu em Viena durante boa parte de sua vida. Anos mais tarde, o contexto da iminência da Segunda Guerra Mundial submeteu Freud ao deslocamento para um país que o recebesse, em detrimento da perseguição por parte dos nazistas ao povo judeu (Weissmann, 2017, p.197). Foi obrigado a abandonar a Áustria no ano de 1938 devido à ocupação nazista, exilando-se em Londres, na Inglaterra. Gay faz menção às cartas que relatam as primeiras impressões de Freud frente à mudança:

Na primeira carta enviada desde Londres percebemos a profunda ambivalência do exílio e seu afeto por Viena; Freud diz: “O sentimento de libertação vem muito interessantemente mesclado com a tristeza, pois ainda amava-se muito a prisão da qual se fora libertado. (GAY, 1989 apud VILLARI, 2000, p.2)

Weissmann (2017) também destaca alguns aspectos diante dessa mudança e sobre a relação prévia de Freud com a Inglaterra, que ia além do contexto de exílio em detrimento da guerra. Os irmãos de Freud haviam vivido em Manchester e, por conta disso, desenvolveu uma relação próxima com a cultura inglesa, além de ter aprendido inglês fluentemente. Ainda assim, no relato abaixo é possível observar a relação de Freud em sua experiência com relação à língua de origem e ao uso do inglês:

Alguns dias depois da emigração, em 11 de junho de 1938, Freud escreveu para o psicanalista suíço Raymond de Saussure: “[...] talvez lhe tenha passado

³ “*is the fact that those immigrant analysts universally neglected the topic that was so much a part of their own lives, namely, the vicissitudes of the experience of immigration and its psychological consequences*” (AISLE et al, 2013, p. 664)

despercebido o único ponto que o emigrante sente de forma tão particularmente dolorosa. É - inevitável dizer - a perda da língua na qual vivíamos e pensávamos, aquela que nunca conseguiremos substituir por outra, apesar de todos os esforços de empatia. É com dolorosa compreensão que observo como formas de expressão, não obstante familiares, me falham em inglês e até com Isso³ [Es] tenta resistir a abrir mão da escrita gótica familiar". (FREUD, 2000, p.19 apud WEISSMANN, 2017, p.198)

Apesar de ser poliglota e de ter atendido muitos estrangeiros em inglês devido à pressão econômica da guerra, Freud manteve seus escritos em escrita gótica (a escrita gótica persistiu na língua alemã até o século XX), ao invés da língua latina - associada ao inglês e que, como vimos acima, era sentida como entrave ao expressar-se.

Voltando aos excertos de Freud sobre sua experiência de exílio, destacam-se algumas palavras relacionadas à experiência enquanto imigrante nesse novo país, que apesar de hospitaleiro, também é descrito como “esquisito”, “singular” e “difícil”, denotando uma marca recorrente dessa experiência, vivenciada de forma ambivalente como diferente (muitas vezes com expectativas de que diferente positivamente) e estranha, em referência a cultura de origem.

A etimologia da palavra ‘estrangeiro’ vem do latim, através do francês *étranger*, de *étrange*, que diz daquilo ou daquele que é de fora, ou estranho (REZENDE, 2013, p. 363). “O Inquietante” (FREUD, 1919) (ou *infamiliar*) também se apresenta como um conceito útil no desenvolvimento de nosso trabalho, nos auxiliando na compreensão daquilo que diz respeito ao infamiliar e ao estranho, mas que guarda consigo familiaridade. A palavra alemã utilizada por Freud é *unheimlich* - contrário de *heimlich*, que traz sentido daquilo que é familiar, doméstico, conhecido. Nem tudo que é novo é de conteúdo inquietante ou assustador, entretanto, *unheimlich* apresenta esse sentido justamente por não ser conhecido, ao menos na camada mais acessível ao consciente. Ainda assim, seu sentido vai para além do não familiar. Freud faz uma retomada entre alguns significados e aproximações da palavra em outros idiomas: latim, grego, inglês, francês, espanhol e italiano. Assim o faz também com a palavra *heimlich*, trazendo suas nuances de significados e chegando à seguinte conclusão: “*heimlich* é uma palavra que desenvolve o seu significado na direção da ambiguidade, até afinal coincidir com o seu oposto. *Unheimlich* é, de algum modo, uma espécie de *heimlich*” (1919, p. 256).

A partir disso, Freud apresenta algumas referências literárias (como a história “O Homem de Areia”, em conto de Hoffmann), de modo que chega ao cerne de sua formulação a respeito do inquietante, ou seja, da hipótese de que os conteúdos angustiantes guardariam relação com o inquietante, na medida em que se trata de um afeto suprimido e transformado em

angústia pela repressão. Nesse sentido, as relações entre infamiliar e familiar se entrelaçam não só entre sentidos enquanto palavras que se complementam, mas também em conteúdo, pois “esse *unheimlich* não é realmente algo novo ou alheio, mas algo há muito familiar à psique, que apenas mediante o processo da repressão alheou-se dela” (FREUD, 1919, p. 360). O inquietante, aqui, seria algo que deveria ter permanecido oculto mas que apareceu. Naturalmente, outras situações são apresentadas como exemplo de aproximações e de exceções ao conceito, como o animismo, a magia e feitiçaria, a onipotência dos pensamentos, a relação com a morte, a repetição não intencional, o complexo da castração, entre outros.

Esse conceito apresentado foi relacionado por Weissmann (2017) ao sentimento inquietante referente à língua materna e à nova língua estrangeiras (nos casos de migrações internacionais para países de idiomas diferentes):

Vemos como ficam lado a lado a língua materna e a língua estrangeira, que é desconhecida, trazendo um registro do sentimento de *unheimlich* pelo ameaçador da experiência e também como o *ajeno*, o qual parece inexorável, opaco, figura que estabelece um nós e os outros, desenhando uma fronteira entre o conhecido - familiar - cultura de origem e um desconhecido - alteridade - inquietante. (WEISSMANN, 2017, p.203)

Assim, o sentido de familiar e infamiliar também poderia ser considerado a partir da perspectiva da comunidade hospedeira, que, diante do novo e do diferente - do sujeito estrangeiro, ver-se-ia em contato com esse estranho e inquietante sentimento de estranheza, mas que pode carregar consigo aspectos de familiaridade que se entrelaçam.

Para Weissmann (2017), inclusive, esse lugar do “diferente dos outros” também poderia gerar uma experiência de novidade e reorganização para a comunidade hospedeira. Os aspectos naturalizados, na medida em que geram no imigrante estranheza e espanto diante dos hábitos que seriam supostamente “naturais”, podem funcionar como um potencial reorganizador de velhas convicções e de reordenamento de seus próprios conteúdos cristalizados: “o estrangeiro, em sua liberdade, por desconhecer os códigos locais, pode prestar um importante serviço de aprimoramento e esclarecimento aos “locais” do novo país” (WEISSMANN, 2017, p. 194).

Liliana Emparan (2011) destaca que “ao eliminarmos a estranheza frente ao novo, aquilo que é visto, ouvido, vivido etc. se torna familiar, já conhecido. Assim, é necessário que exista um trabalho elaborativo que seja capaz de transformar aquilo que foi recalcado e por consequência hostilizado em um conteúdo acessível e, portanto, familiar:

O estrangeiro real e o estrangeiro em nós se juntam. Rejeitando o estrangeiro, se está seguro igualmente de sua própria coerência e identidade. O estrangeiro sempre faz mal àquele que recusa a interrogação. Pois justamente o papel do outro em sua pura alteridade, do estrangeiro, é sempre questionar nossas certezas. (ENRIQUEZ, 1998, p. 40 apud EMPARAN, 2011, p.10)

É evocado, portanto, um processo de elaboração diante da hostilidade e da hospitalidade frente ao diferente, que pode provocar em cada sujeito uma possibilidade de se haver com o estranho em si mesmo. O que caracterizaria, no entanto, este sentimento de estranheza e de referência ao qual se experiencia o novo?

Utilizaremos o trabalho de Rosa (2009) em uma tentativa de apreensão deste sentido. A autora compõe uma relação de sentido nos deslocamentos territoriais, que colocam em cena um aspecto trágico comum a todos – sejam migrantes ou não – “pois todos somos sujeitos exilados, desenraizados de nós mesmos, constituídos pelo desconhecimento enigmático da dimensão inconsciente” (ROSA, 2009, p.2). Nesse sentido e diante desta condição, a clínica psicanalítica e a experiência analítica seriam capazes de oferecer aos sujeitos a possibilidade de “exilar-se de si”, de reinventar-se e de voltar-se não idêntico: “aventura que se passa no estranho “país do Outro”, ou seja, alhures além do semelhante, do idêntico e do espelho e que faz com que o analisando experimente desterritorializações sucessivas de uma posição subjetiva a outra” (FUKS, p. 85 apud ROSA).

Nesse sentido, as migrações territoriais seriam uma possibilidade de estabelecimento de abertura ao Outro, com potencial de relativizar a relação fixa do sujeito com o entorno, promovendo torções internas e também de seu entorno real (comunidades, cidades, etc). Nessa perspectiva, haveria uma correlação entre deslocamento/metonímia e desejo, desenvolvendo a hipótese de que “as dimensões diacrônicas e sincrônicas do discurso, expressas pela metáfora e pela metonímia, demonstram a condição itinerante do desejo em tensão quanto à ficção do sujeito construída, mas desconstruída e reinventada pelo desejo” (ROSA, 2009, p.3). Ou seja, estaria aqui em questão um movimento de montar-se e desmontar-se a partir de uma ficção de si, ou seja, de uma construção de si mesmo, que se vê colocada em trânsito por intermédio do desejo.

A partir desta representação, imigrar e mover-se em direção ao país/região desconhecidos colocaria em movimento também aquilo que se tem de fixo em si, em uma mudança que inclui o lugar subjetivo ocupado pelo sujeito:

Nessa direção, pode-se ir ao país do Outro movido pela premência de romper com alienação mortífera, de mudar de lugar subjetivo desconstruindo ficções do Eu, desencadeando movimentos que possibilitem experimentar outros destinos, novas dimensões da vida. (ROSA, 2009, p.4)

No entanto, esse efeito de exterioridade e de relativização ocasionado pela presença do imigrante pode ser disparador de hostilidades e violências, que podem ter como consequência o abalo das identidades desses sujeitos, sendo um dos motivos possíveis para o agrupamento e enclausuramento dos sujeitos em “comunidades étnicas”, por exemplo.

Sobre os aspectos relacionados ao conceito de identidade, Porchat, em “O gênero do espelho” (2019) tece considerações tomando como ponto de partida algumas passagens de Freud acerca de sua auto identificação enquanto judeu. Apesar de identidade não ser um conceito propriamente freudiano, a autora retoma algumas falas de Freud a respeito de sua identificação enquanto judeu, como forças afetivas obscuras e poderosas que lhe davam um sentimento de identidade judia, de uma “cumplicidade” da mesma constituição psíquica (PORCHAT, 2019, p.1). Esta consciência interior é compreendida aqui, portanto, enquanto uma convicção, uma verdade. São propostos os seguintes pontos comuns na compreensão de Freud e sua experiência enquanto judeu:

1) uma clara consciência interior, 2) percepção de uma natureza judaica a partir de determinadas qualidades, 3) afirmação de uma identidade por diferenciação em relação a outras, que são negadas (eu sou judeu, e não alemão ou austríaco), 4) pelo reconhecimento de pertencimento ao povo judeu, 5) pelo sentimento de que ser judeu é o que mais de essencial existe ou permanece nele, e 6) que é inacessível à análise. (PORCHAT, 2019, p.3)

A autora segue dizendo que, no entanto, a ideia de que a identidade pudesse ser compreendida como ficção poderia ser refutada, à medida em que Freud de fato era judeu. Mas segue considerando que, mesmo “sendo” judeu, ele poderia não se reconhecer como tal, ou para outro grupo, a quem judaísmo nada significasse, ele poderia ser outra coisa qualquer. Nesse sentido, a autora sustenta o conceito de identidade enquanto ficção, na medida em que é percebida enquanto verdade, é ficcional. E que, ainda, demanda algo do reconhecimento do outro, ou seja, que uma comunidade a reconheça e creia nesta verdade.

Assim, apesar de não recorrer à identidade enquanto totalidade do Eu, o uso do conceito é defendido na medida em que pode falar sobre uma “função que tende à integração e tende à totalização” (PORCHAT, 2019, p. 4). Desse modo, a identidade judaica de Freud daria conta,

em si, de explicar determinadas características suas que são compartilhadas na cultura, o que revela sua compreensão dessas características a partir de uma previsibilidade e inteligibilidade ditadas por sua identidade judaica.

Em “Identidade, Migração e Suas Dimensões Psicossociais” (DANTAS et al, 2010, p.47), retoma o conceito de identidade pela via de uma perspectiva intercultural. Para a autora, a identidade se torna uma questão quando está em crise ou é colocada em cheque devido a uma experiência de dúvidas e/ou incertezas.

A identidade não existe senão contextualizada, como um processo de construção e pressupõe o reconhecimento da alteridade para a sua afirmação. Um contexto que define algo em relação ao qual eu, por contraste, consigo definir quem sou. É sempre um conceito relacional, contrastivo, resultado de um processo de negociação, com uma dimensão política sem a qual é impossível entendê-lo.” (DANTAS et al. 2010, p.47)

Para Hall, em “A Identidade Cultural na Pós-Modernidade” (2006), a identidade no sujeito pós-moderno torna-se uma ‘celebração móvel’, ou seja, “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (p.13). Definida historicamente, pode ser compreendida como uma história (ficção?) sobre nós mesmos, ou uma “confortadora narrativa do eu”. Estes aspectos relacionados à constituição do eu e da identidade serão retomados a seguir, à medida em que continuemos sob o panorama das discussões relacionadas à experiência de migrantes.

Em “*Cultural Identity in the Context of Trauma and Immigration from a Psychoanalytic Perspective*”, Tummala-Narra (2014) retoma Boulanger (2004) ao caracterizar um sentimento de perda de continuidade de si comumente observadas em imigrantes, que vivenciam uma espécie de ausência que não se reconhece em si mesma: “uma ausência que normalmente não é reconhecida⁴” (p.397, tradução nossa). Assim, em uma tentativa de afastamento deste sentimento melancólico, é comum que pessoas fora de seu país de origem se integrem a aspectos da nova cultura, ao mesmo tempo em que aspectos da cultura de origem sejam dissociados, com manifestações emocionais expressas posteriormente. Assim, embora a assimilação da nova cultura possa ser um indicador de sucesso da imigração, o desenvolvimento da identidade cultural entre muitos imigrantes ocorre em um contexto de ambivalência, considerando os custos emocionais dessa assimilação, com o potencial de afetar gerações

⁴ “*an absence that is typically unacknowledged*” (TUMMALA-NARRA, 2014, p.397)

seguidas. A autora também retoma aspectos culturais, identitários, raciais e étnicos e acentua que a experiência de imigração pode ser especialmente difícil para pessoas de algumas etnias.

Eng e Han, por sua vez, em “*A Dialogue on Racial Melancholia*” (2000), descrevem o problema da construção da identidade cultural entre os asiáticos e os americanos de origem asiática, propondo o conceito de melancolia de raça como um aspecto não patológico da experiência de imigração e aculturação asiática, resultante de ideais perdidos diante da branquitude norte-americana dominante. No contexto norte-americano, os autores descrevem a difícil tarefa de assimilação da sociedade branca dominante, enquanto muitas vezes são percebidos como ‘estrangeiros’ com base em suas características físicas, como os olhos, cor da pele, entre outros. É possível que estes sujeitos desenvolvam e carreguem consigo uma identidade norte-americana, porém com a contínua lembrança (advinda do ambiente ou de si mesmos, em alguns casos) de que não pertencem à esta sociedade em que vivem.

Esses processos de assimilação e racialização propiciam identificações ambivalentes com a cultura americana dominante, com a cultura de origem (ou cultura de origem dos pais ou avós) - ou ambas - às vezes com impactos intergeracionais. Esse conceito de melancolia utilizado pelos autores é calcado na perspectiva de melancolia freudiana, engendrada a partir de um luto não resolvido. A seguir, faremos a caracterização do conceito de melancolia em “Luto e a Melancolia” (1915-1917), texto no qual Freud descreve os processos de luto e de melancolia como singulares, cada qual com suas particularidades e curso de desenvolvimento.

O luto é descrito por Freud (1915-1917) como a reação comum à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que poderia ocupar seu lugar, como a pátria, a liberdade, um ideal, etc. O trabalho de luto é iniciado, em termos gerais, diante da perda de um objeto de amor, que exige que toda a libido seja retirada desse objeto. Essa perda despertaria uma oposição que pode resultar em um afastamento da realidade e apego ao objeto perdido, considerando a dificuldade comum aos humanos de abandono dos investimentos libidinais já estabelecidos, mesmo com a possibilidade de uma substituição já anunciada. O curso esperado destes casos decorre do processo progressivo de desligamento que demanda tempo e energia e da retomada da libido super investida no objeto. Uma vez que esse processo de resgate da libido investida no objeto se conclua, a libido resgatada pode então estar livre para ser investida novamente na realidade e em outros objetos: “o Eu fica novamente livre e desimpedido” (FREUD, 1915-1917, p.174).

Assim como no processo de luto, os quadros de melancolia são caracterizados por um abatimento doloroso, desinteresse pelo mundo exterior e inibição da atividade. No entanto,

diferente do luto, na melancolia há um característico e intenso rebaixamento da autoestima, expressa por ofensas direcionadas a si mesmo: “o doente descreve seu Eu como indigno, incapaz e desprezível; recrimina e insulta a si mesmo, espera rejeição e castigo. Degrada-se diante dos outros; tem pena de seus familiares por serem ligados a alguém tão indigno” (FREUD, 1915-1917, p.176). A melancolia pode estar associada também a uma reação diante da perda de algum objeto amado ou, em outros casos, diante de uma perda de natureza mais ideal. Nesses casos, o objeto não teria sido perdido ou morto de fato (como comumente observado no luto), mas perdido enquanto objeto amoroso. Em outros casos, não seria possível descrever exatamente aquilo ou quem se perdeu, “isso nos inclinaria a relacionar a melancolia, de algum modo, a uma perda de objeto subtraída a consciência, diferentemente do luto, em que nada é inconsciente na perda” (FREUD, 1915-1917, p.175).

No luto, é possível identificar o processo que estaria relacionado à inibição e ausência de interesse, considerando a energia psíquica envolvida no trabalho de luto que absorve o Eu. Na melancolia, sua inibição própria pode ser resultado de um processo semelhante, porém enigmático pois não é passível de ser identificado aquilo que teria sido perdido. No luto, o mundo se torna pobre e vazio, enquanto na melancolia o próprio Eu é quem se torna empobrecido e esvaziado.

Freud apresenta um aspecto importante sobre a melancolia que nos auxilia, como uma pista, a compreender seu curso e desenvolvimento. Considerando a auto recriminação como uma marca importante da diferenciação entre luto e melancolia, Freud chama a atenção para ausência de vergonha durante as falas de auto recriminação, que seria uma reação comum à alguém nesse estado; ao contrário, é observada a insistente e pública comunicação de seu desvalor, demonstrando “satisfação no desnudamento de si próprio” (FREUD, 1915-1917, p.177). Freud percebe que, ao comunicar a sua insatisfação - e com poucas adequações - tais auto acusações poderiam ser redirecionadas à alguma figura que o doente já amou, ama ou deveria amar: “para eles, queixar-se é dar queixa” (p.178), ou seja, ao atacar a si mesmos, atacariam simultaneamente o objeto de amor introjetado no Eu.

Na melancolia, caracteriza-se a escolha de objeto do tipo narcísico; apesar da aproximação com o luto, mantém uma marca de regressão, oriunda de uma escolha de objeto narcísica. Freud reconstrói a hipótese que levaria a esse quadro da seguinte maneira:

Houve uma escolha de objeto, uma ligação da libido a certa pessoa; por influência de uma *real ofensa ou decepção* vinda da pessoa amada, ocorreu um abalo nessa relação de objeto. O resultado não foi o normal - a libido ser retirada desse objeto

e deslocada para um novo -, e sim outro, que parece requerer várias condições para se produzir. O investimento objetal demonstrou ser pouco resistente, foi cancelado, mas a libido livre não foi deslocada para outro objeto, e sim recuada para o Eu. Mas lá não encontrou uma utilização qualquer: serviu para estabelecer uma *identificação* do Eu com o objeto abandonado. Desse modo, a perda de objeto se transformou numa perda do Eu, e o conflito entre o Eu e a pessoa amada, numa cisão entre a crítica do Eu e o Eu modificado pela identificação. (FREUD, 1917[1915], p.180-181)

Outra característica comum à melancolia é a ambivalência, que compreende uma oposição entre amor e ódio, originadas na realidade ou na constituição do indivíduo: “se o amor ao objeto - a que não se pode renunciar, quando se tem que renunciar ao objeto mesmo - refugia-se na identificação narcísica, o ódio atua em relação ao objeto substitutivo” (FREUD, 1915-1917, p.184). Ou seja, o ódio nutrido pelo objeto introjetado no Eu é combustível para os insultos e, sendo assim, explicam-se os auto martírios e sua conseqüente satisfação sádica. Além disso, marcado pela ambivalência, o sujeito melancólico se vê em um conflito no qual deseja preservar a libido ligada ao objeto amado por um lado e, por outro, desligá-la.

Sendo assim, conclui-se que a melancolia pode ser caracterizada principalmente por três pressupostos: perda do objeto, ambivalência e regressão da libido para o Eu (FREUD, 1915-1917), sendo os dois primeiros também encontrados no luto. O luto e a melancolia serão base para compreensão das perdas e ganhos envolvidos nas migrações, no qual o luto é esperado enquanto um processo “normal” de elaboração das perdas relacionadas ao apego pela pátria, cultura, referenciais e objetos, língua, e/ou família de origem, sejam elas migrações forçadas ou voluntárias, que pode se findar em processo natural do luto ou ser dificultado por um desenvolvimento patológico.

Dando seguimento, é importante levar em consideração a ressalva de que, para Freud, o conceito de melancolia descreve uma experiência patológica, enquanto Eng e Han (2000) a utilizam como ferramenta de análise e descrição desta condição psíquica, em uma estrutura despatologizada de sentimentos vivenciados por determinados grupos, aqui em especial aos imigrantes. Além disso, a melancolia em termos tradicionais foi concebida em moldes de sofrimento individual de perda e sofrimento, o que será, nessa perspectiva, endereçado pelos autores à vivência de diferentes grupos minoritários, como negros, gays e lésbicas (LBGTQIA+) “de origens históricas, jurídicas, culturais, sociais e econômicas amplamente díspares” (p.669, tradução nossa). Ao apresentarem a temática, os autores preocupam-se com o risco de generalização, “mas também esperamos que, ao forjar vínculos teóricos entre esses vários grupos minoritários, possamos desenvolver novas coalizões intelectuais, clínicas e

políticas”⁵ (p.669, tradução nossa).

⁵“As such, some of our observations bring together different minoritarian groups—people of color as well as gays and lesbians — from widely disparate historical, juridical, cultural, social, and economic backgrounds. We are wary of generalizing, but we also hope that, in forging theoretical links among these various minoritarian groups, we might develop new intellectual, clinical, and political coalitions.”(ENG; HAN, 2000, p.669)

3. ILUSTRAÇÕES CLÍNICAS

3.1 Casos da Literatura

Em suas considerações sobre a melancolia racial, Eng e Han (2000) ilustram a temática com uma associação entre a melancolia racial e a experiência de contágio diante da branquitude. Para isso, contam a história de Birdie Lee, narradora de *Caucasia* (1998), de Danzy Sennas. A personagem citada foi separada de seu pai, ativista afro americano e, ao lado de sua mãe branca, fugiram da lei de uma Boston racializada e radicalizada dos anos 70. Após isso, firmaram residência em New Hampshire, onde Birdie se passa por “Jesse”, bem como por branca.

Birdie se apresenta como judia e não negra, o que expõe a trama racial envolvida na novela. Suas raízes judaicas são ostensivamente utilizadas como explicação para seu tom de pele e cabelos mais escuros, permitindo-a “passar” diante dos ideais de branquitude e ambiente de New Hampshire. Este movimento atormenta a personagem, que se vê diante de um sentimento de falseamento, assombrada pelo questionamento de como seria viver como Birdie. A partir deste exemplo, os autores apresentam a desconfortável e frustrante adaptação da personagem diante da “contaminação” pela branquitude, não só porque altera a experiência com o mundo físico da personagem, mas a maneira como ela anda, fala, se veste e dança.

Essa é a esfera afetiva apresentada, que configura as formas como Birdie apreende o mundo e os sujeitos que a circundam, “contaminada” pela condição da melancolia racial:

Através do duplo em seu nome, a criança “mulata” impossível é marcada pela duplicidade: Birdie (“mulata”, em tradução direta / negra de pele clara) - Jesse (branca). Aqui, Birdie/Jesse é o objeto da melancolia de uma nação organizada por uma ecologia (ou meio) de branquitude.⁶ (ENG; HAN, 2000, p. 675, tradução nossa)

Assim, para os autores, a própria experiência da imigração é baseada em uma estrutura de luto. Quando uma pessoa deixa seu país de origem, seja de forma voluntária ou forçada, torna-se necessário lamentar uma série de perdas concretas, como a pátria, o idioma, a família,

⁶“Through the twinning of her name, the impossible mulatta child is marked by doubleness: Birdie (mulatto) - Jesse (white). Here, Birdie/Jesse is the object of melancholia for a nation organized by an ecology of whiteness” (ENG; HAN, 2000, p. 675)

a identidade, a propriedade e o status adquirido na comunidade de origem, que pode ser elaborada na medida em que se investe em novos objetos como, por exemplo, o “sonho americano”.

O problema se desenvolve, no entanto, na medida em que imigrantes possam ser impedidos nesses novos investimentos: “A incapacidade de investir em novos objetos, devemos lembrar, faz parte da definição de melancolia proposta por Freud”⁷ (ENG; HAN, 2000, p.680, tradução nossa), resultando em perdas não assimiladas e que podem ser transferidas às gerações seguintes, em uma negociação intergeracional entre as experiências de luto e melancolia vivenciadas. Configurada como tal, essa noção passa a despatologizar a melancolia ao situá-la como desdobramento inerente e resultado do processo de luto que subscreve as perdas da experiência migratória. Como ilustração, os autores apresentam o caso de Elaine.

Elaine é uma estudante de origem coreana-americana, crescida no estado do Texas, nos Estados Unidos. Seu pai é professor e sua mãe, dona de casa. O reitor a encaminhou para o atendimento com Han devido às suas notas, pois corria o risco de ser reprovada no primeiro ano de faculdade. Em uma explicação emocionada, Elaine diz:

Meus pais sacrificaram tudo para me criar aqui. Se meus pais tivessem ficado na Coreia, minha mãe seria muito mais feliz e não deprimida. Ela teria amigos com quem falar coreano, meu pai seria um professor famoso e estaríamos melhor social e economicamente. Eu não seria tão pressionada para ter sucesso. Eles sacrificaram tudo por mim, e agora cabe a mim agradá-los e ir bem na escola.⁸ (ENG; HAN, 2000, p. 681, tradução nossa)

O caso de Elaine ilustra esta transferência transgeracional quanto ao luto dos pais em realizar o sonho americano, alcançando um padrão de vida melhor do que tinham (ou teriam) na Coreia. Esta perda não assimilada é transferida para Elaine, que se vê em uma tarefa de reparação da experiência de seus pais: “Elaine reencena essas perdas por meio de seu relacionamento com a mãe. A depressão de Elaine é resultado da culpa internalizada e da raiva

⁷ “*The inability to invest in new objects, we must remember, is part of Freud’s definition of melancholia*” (ENG; HAN, 2000, p.680)

⁸ “*My parents have sacrificed everything to raise me here. If my parents had stayed in Korea, my mom would be so much happier and not depressed. She would have friends to speak Korean with, my father would be a famous professor, and we would be better off socially and economically. I wouldn’t be so pressured to succeed. They sacrificed everything for me, and now it’s up to me to please them, and to do well in school.*” (ENG; HAN, 2000, p. 681)

residual que ela não apenas sente, mas também se identifica em sua mãe”⁹ (ENG; HAN, 2000, p.681, tradução nossa).

A narrativa de Elaine são as vozes que atormentam sua própria mãe, de maneira que o corpo e a voz de sua filha se tornam substitutos. Essas perdas são melancolicamente deslocadas do mundo externo para o mundo interno da psique. As censuras contra o Eu são deslocadas do objeto amado para o próprio eu: “Isso refina a nossa teoria da melancolia racial como um estado psíquico centrado nos laços entre as pessoas – uma psicologia intersubjetiva – que pode ser abordada e elaborada através das gerações.”¹⁰ (ENG; HAN, 2000, p.683, tradução nossa).

Outro exemplo apresentado pelos autores, desta vez relacionado à primeira língua, é ilustrado pelo caso de Nelson (ENG; HAN, 2000, p.684), um jovem japonês de primeira geração¹¹ que migrou com seus pais aos cinco anos de idade, da cidade de Osaka (localizada no Japão) para Nova Jersey (nos Estados Unidos). Nelson procurou Han com queixas depressivas e conflitos de identidade racial.

Antes de entrar na escola, falava apenas em japonês com sua mãe. No entanto, ao ingressar no jardim de infância, a mãe de Nelson foi orientada pelo professor a falar somente em inglês em casa, se quisesse que seus filhos se tornassem alunos bem sucedidos. Ela seguiu as instruções do professor, apesar de seu inglês não ser fluente. Em uma de suas aulas, Nelson errou a pronúncia de uma palavra em inglês e foi envergonhado e repreendido publicamente por seu professor. Defendeu-se, dizendo que havia aprendido com sua mãe, mas ainda assim sentiu-se profundamente constrangido e ridicularizado.

Os autores discutem que apesar do objeto primário de Nelson ter sido sua mãe, mediado pela língua japonesa, esse vínculo foi abruptamente interrompido pela língua estrangeira. No entanto, a ausência de domínio do inglês de sua mãe o defrontou com um vínculo no qual sentia que não poderia mais espelhar-se, seja em japonês ou em inglês:

O que antes era um objeto amado e seguro é retroativamente transformado em objeto de insegurança e vergonha. Sua mãe originalmente representava a noção

⁹“*Elaine reenacts these losses through her relationship with her mother. Elaine’s depression is a result of internalized guilt and residual anger that she not only feels toward but also identifies with in her mother.*” (ENG; HAN, 2000, p.681)

¹⁰“*It refines our theory of racial melancholia as a psychic state focused on bonds among people — an intersubjective psychology — that might be addressed and resolved across generations*” (ENG; HAN, 2000, p.683)

¹¹ Aqui o termo ‘primeira geração’ é empregado devido ao seu uso no texto original. No entanto, a partir da literatura nacional, possivelmente Nelson seria apresentado como ‘segunda geração’.

segura de “casa”, porém há um distanciamento de Nelson de sua mãe e de sua língua materna, tornando-os um *unheimlich* — estranho¹² (ENG; HAN, 2000, p.686, tradução nossa)

Através da vergonha de sua mãe, somando-se a vergonha de sua língua - e da tentativa de repará-las - é como se a identidade de Nelson se tornasse dissociada, reprimida e inconsciente, convertida em um objeto mau (em um sentido kleiniano): “A depressão crônica de Nelson e a ambivalência sustentada em relação à figura da sua mãe indicam o tortuoso processo de reintegração que claramente impede o desenvolvimento adequado do ego. A situação evidenciada ocorre devido a diferença racial”¹³ (ENG; HAN, 2000, p.690, tradução nossa).

Essas considerações realizadas por Eng e Han (2000), vão de encontro ao trabalho de Ainslie e colaboradores (2013), em “*Contemporary Psychoanalytic Views on the experience of Immigration*”, no qual o processo do luto envolve inclusive a decisão por imigrar, devido a motivos que variam desde o luto impulsionado por crises econômicas, pressões políticas, genocídio, entre outros. Essas experiências muitas vezes são integradas a experiências traumáticas, conferindo maior complexidade à experiência migratória nesses casos (p.664).

Ainslie e colaboradores (2013) afirmam que, independentemente de quais foram os motivos para a saída do país de origem, a imigração tipicamente ativaria os processos de luto¹⁴: “quaisquer que sejam os motivos para deixar o país de origem, a imigração normalmente ativa

¹² “What was once a loved and safe object is retroactively transformed into an object of insecurity and shame. To the extent that the mother originally represented the safe notion of “home,” Nelson’s estrangement from his mother, and from his mother tongue, renders it *unheimlich* — unheimly, unfamiliar, uncanny.” (Eng; Han, 2000, p.686)

¹³ “Nelson’s chronic depression and sustained ambivalence toward the figure of his mother indicate the torturous process of reinstatement that clearly impedes proper ego development. It is racial difference that must be attended to here.” (ENG; HAN, 2000, p.690)

¹⁴ No texto original de Ainslie et al (2013), a palavra em inglês utilizada para se referir ao luto é “*mourning*”. Em inglês, a diferença entre “*grief*” (luto) e “*mourning*” (luto) se dá pela natureza interna ou externa do processo. “*Grief*” faz referência aos pensamentos e sentimentos que acompanham a perda. “*Mourning*”, por sua vez, é utilizada quando se trata de como estes sentimentos de luto são expressos publicamente, ou seja, dos comportamentos que demonstram os sentimentos de luto vivenciados pelo sujeito diante da perda do objeto amado. Apesar de diferentes, as palavras dizem respeito a processos complementares: “*both grief and mourning can be intense and painful shortly following a loss but can decrease over time as healing and acceptance develop*” (DASH, 2021).

processos de luto”¹⁵ (AINSLIE et al, 2013, p.665, tradução nossa).

É comum que pessoas que vivenciam a imigração lamentem a perda de seus familiares, amigos, filhos e rede de apoio deixada no país de origem ou mesmo um “senso de lugar”, que diz respeito à familiaridade dos objetos ou mesmo da arquitetura que estruturou suas vidas externas e a familiaridade com estes objetos internalizados. Outro ponto inclui a perda de aspectos relacionados ao desenvolvimento infantil inicial, como os aromas, sabores, sons e outras experiências sensoriais associadas à cultura de origem e ao desenvolvimento que constituem a experiência de *self* primária.

Os autores fazem referência à Winnicott (1971), incluindo as primeiras experiências pré-verbais das interações com os cuidadores primários em ambientes familiares. Este processo pode estar relacionado ao desenvolvimento de um “luto cultural”, que pode resultar em uma tentativa de atenuação deste sentimento de perda: “Em outras palavras, os imigrantes não lamentam apenas as pessoas e os lugares, mas também a própria cultura. Este “luto cultural” leva a uma variedade de estratégias para reparar o sentimento de perda, para negá-lo ou para atenuá-lo de outra forma.”¹⁶ (AINSLIE et al, 2013, p. 664, tradução nossa).

Segundo os autores, psicanalistas estudantes dos processos psíquicos envolvidos na imigração concordam que este luto seria parte crítica da experiência imigrante (AKHTAR, 1999, 2011 apud AINSLIE et al, 2013). Este processo pode ser dolorido e intenso, sendo capaz de afetar as pessoas imigrantes a ponto de se tornarem “*perennial mourners*” ou “lamentadores perenes” — pessoas em um luto contínuo, em uma tradução aproximada (AINSLIE et al, 2013, p. 666). Nesse sentido, o luto vivenciado por pessoas imigrantes envolveria uma espécie de reformulação do mundo interno das representações do *self* e dos objetos, em uma transformação dos diversos níveis dos registros internos do sujeito e da formação do Eu.

Estas transformações são denominadas pelos autores como “*cross-cultural journeys*” ou “jornadas interculturais”, que poderiam acarretar em uma crise no desenvolvimento, pois envolveria aquele que a vive em uma luta pela integração de novas identificações e valores culturais que podem se sobrepor ou se chocar com os valores e identificações transmitidos pelos

¹⁵ “*Whatever the motives for leaving one’s home country, immigration typically activates mourning processes*” (AINSLIE et al, 2013, p.665)

¹⁶ “*In other words, immigrants not only mourn people and places but also culture itself. This “cultural mourning” leads to a variety of strategies to repair the sense of loss, to deny it, or to otherwise attenuate it.*” (AINSLIE et al, 2013, p. 664)

país e cuidadores e pelo meio social nativo:

Em outras palavras, os aspectos desenvolvimentistas e as transformações decorrentes da experiência da imigração requerem mudanças na estrutura do *self* que, por sua vez, ativam processos de luto. Parte do que é lamentado é a versão do eu que foi, necessariamente, deixada para trás em seu país de origem. Entendemos esses processos de luto como relacionados aos períodos de desorganização, dor e frustração que tipicamente fazem parte da experiência do imigrante¹⁷ (AINSLIE et al, 2013, p. 666, tradução nossa).

Assim sendo, ao considerarmos a literatura apresentada, chegamos ao ponto de que a experiência de migração envolve em seu cerne um trabalho de luto indissociável por si só, frente às perdas diversas enfrentadas neste processo, como vimos nos conceitos propostos de jornadas interculturais, luto cultural, ou dos lutos perenes. Ao mesmo tempo, porém, observamos que parte deste trabalho interno do migrante compõe um reposicionamento e ressignificação dos elementos perdidos, mas também de uma possibilidade (e por vezes, um desejo) de uma construção de uma história, ou de uma ficção de si mesmo.

Nesse sentido, o trabalho clínico desenvolvido com migrantes aponta para a possibilidade de acesso aos aspectos conscientes e inconscientes envolvidos neste processo, como as motivações para a mudança de país, a idealização do país e cultura de destino, das migrações como fuga das relações familiares, sociais e/ou políticas, do desejo de autoconhecimento, de um luto identitário, entre outros.

A psicoterapia, assim, pode fornecer um espaço de sustentação e ressignificação dos processos relativos ao luto patológico quando presentes, de modo a possibilitar um reinvestimento desta libido em outros elementos, pessoas, projetos e paisagens disponíveis neste novo lugar, ainda que diante das perdas experienciadas referentes ao local de origem, ou seja, do luto não patológico inerente à migração. Portanto, a clínica *online* com migrantes, em língua portuguesa para brasileiras e brasileiros, inicia-se com o resgate da língua de origem, como uma “possibilidade de respiro” e de “contato com uma cultura conhecida e aconchegante” (NOGUEIRA, 2022, p.45) e termina com a ressignificação de sua experiência nesse lugar estrangeiro.

¹⁷“*In other words, the developmental and transformational aspects of the experience of immigration necessitate changes in self-structure that, in turn, activate mourning processes. Part of what is mourned is the version of the self that was, of necessity, left behind in one’s country of origin. We understand these mourning processes as related to the periods of disorganization, pain, and frustration that are typically part of the immigrant’s experience.*” (AINSLIE et al, 2013, p. 666)

Abaixo serão apresentadas breves vinhetas clínicas que serão base para a elaboração de algumas reflexões acerca do exposto.

3.2 Vinhetas Clínicas do Trabalho Realizado

As vinhetas a seguir são reflexões decorrentes do atendimento psicoterápico *online* de jovens mulheres brasileiras em vias de finalização do programa de intercâmbio *Au Pair* e de início de seus processos de imigração na América do Norte e Europa. Essas mulheres chegaram até mim através de postagens em grupos de Facebook em busca da psicoterapia *online* e pela indicação de outros colegas de profissão que também já atendiam esse público.

Os casos foram atendidos exclusivamente na modalidade *online*, com sessões semanais em vídeo chamadas de aproximadamente 50 minutos de duração, via plataformas Google Meet, Skype e/ou *Whatsapp*. Além das sessões realizadas, os agendamentos e reagendamentos de sessões - ou seja, a comunicação extra sessão, por mensagens e áudios - eram mantidos pelo aplicativo de mensagens *Whatsapp*.

A psicoterapia *online* se mostrava como uma opção viável pela possibilidade de acesso à um(a) profissional à distância, tanto pela possibilidade de expressão na primeira língua, pelo não domínio da língua local, ou pelo desconhecimento e/ou falta de acesso ao sistema de saúde local. É importante considerar, ainda, que o poder de compra aumentado devido a conversão da moeda (dólar, euro, etc) frente ao real é um fator a ser considerado, o que nesses casos viabilizou a essas pacientes a manutenção dos custos de um processo psicoterapêutico particular e individual (considerando aqui que nenhuma das mulheres atendidas recebiam ajuda financeira de seus familiares no Brasil e dependiam unicamente da renda obtida em seu trabalho como *Au Pair*).

Ainda que se possa interpelar a procura pela psicoterapia em seu país e línguas de origem enquanto um movimento de contrapartida à integração na comunidade local, ou seja, como “resistência” à um movimento de integração e assimilação do processo migratório, o que se observa nos casos atendidos é que além dos elementos e recortes apresentados acima, principalmente associados ao domínio da língua estrangeira e ao acesso ao sistema de saúde ou atendimentos locais (sejam por questões burocráticas e de visto, ou pela relação salário/moeda)

existem, ainda, os aspectos relacionados às próprias identificações estabelecidas transferencialmente, enquanto um vínculo que se constitui a partir do compartilhamento de referências gerais entre paciente e psicólogo(a). Nesse sentido, compreender de antemão do que se tratava elementos tipicamente brasileiros ou de referências culturais gerais foi, em certa medida, parte da possibilidade da construção de um espaço de escuta, do vínculo e, em última análise, de identificação enquanto brasileiras, pertencentes à um grupo e à um laço social comum.

Continuando em uma caracterização geral, entre as dificuldades enfrentadas e relatadas pelos grupos de *Au Pairs* - incluindo aqui as queixas relatadas pelas jovens atendidas - há as barreiras no domínio da língua local e a adaptação aos novos códigos culturais; os conflitos e convivência com outros moradores da casa, complicadas pelas relações hierárquicas de trabalho e de família envolvidas; as suas próprias histórias familiares e expectativas com relação ao programa, a esta família hospedeira e ao país de destino; as questões relacionadas à documentação e as preocupações sobre o futuro; o desejo ou não de retornar ao Brasil e as possibilidades de continuidade no país em um processo de imigração que pode se dar em geral pelo visto de trabalho, educacional ou em decorrência de um casamento com um morador local; os episódios de racismo e xenofobia vivenciados; sentimentos de desamparo e vulnerabilidade, entre outros.

Diante desses desafios ou violências, é comum o compartilhamento de suas vivências, dúvidas e trocas de experiência em grandes grupos de *Au Pairs* no *Facebook*, onde encontravam nos relatos de outras brasileiras situações em comum. Escrevo no feminino pois ainda que o *Au Pair* não seja restrito às mulheres, sua grande maioria é composta por este grupo.

As motivações em torno da busca pelo intercâmbio *Au Pair* nos casos das mulheres atendidas em psicoterapia, por outro lado, também eram diversas. O acesso à viagens para América do Norte e Europa facilitados devido aos custos mais baixos considerando a estadia e alimentação inclusas durante o programa; as dificuldades financeiras e de acesso à serviços e bens de consumo no Brasil; o desejo de conhecer outros países e aprender inglês e/ou outro idioma; ao sentimento de ascensão social por estar vivendo em um país estrangeiro do norte global; o desejo de afastamento devido à conflitos com a família de origem, bem como relacionamentos amorosos prévios com estrangeiros já residentes no país de destino foram algumas das razões que permearam as motivações de ingresso no *Au Pair*.

Estas motivações vão de encontro ao trabalho “*I Always Wanted to Go Abroad. And I*

Like Children: Motivations of Young People to Become Au Pairs in the USA”, de Geserick (2012), que identificou principalmente três categorias de motivações entre o grupo de *Au Pairs* analisado: (a) a atração pela cultura estrangeira e o interesse pela língua, assim como a perspectiva de se beneficiar pessoalmente do aprendizado cultural. Os autores identificaram que essa categoria foi de grande relevância no processo de decisão, especialmente entre as *Au Pairs* mais jovens (fatores de atração); (b) o desejo de sair de casa, no qual principalmente dois cenários estão presentes: o desejo de sair de uma situação social difícil em casa ou fazer um intervalo da vida cotidiana antes de decidir-se sobre futuros planos de carreira, como um “ano sabático” que adia a matrícula na universidade (fatores de pressão) e, por último, (c) a decisão de tornar-se uma “*Au Pair*”, como um meio para alcançar outros objetivos. É importante considerar, entretanto, que este trabalho foi realizado a partir de entrevistas semiestruturadas com 24 futuras *Au Pairs* europeias (austríacas e alemãs), com nível de escolaridade elevado. Não foi citado o recorte racial e étnico das participantes, apenas a idade, gênero, nível educacional, ocupação, país de origem e tamanho da cidade de origem. Este dado é importante devido ao elemento social e financeiro envolvido, além das relações étnico raciais e relações entre norte-sul global envolvidas nas motivações do grupo de mulheres apresentado neste trabalho.

A procura pela psicoterapia, no entanto, envolvia também outros aspectos, como queixas relacionadas à ansiedade, a dificuldade de dizer não ou de impor limites para a família hospedeira e/ou em outras relações; o cansaço de se trabalhar como babá e as dificuldades de se trabalhar com crianças pequenas e os desafios e obstáculos de inserção em outras áreas e/ou carreiras no exterior; as incertezas com relação ao retorno ao Brasil ou continuidade no país, as demandas da família de origem no Brasil (morte de familiares, dificuldades financeiras e problemas de saúde de familiares) e a distância; demandas de relacionamento e dos conflitos interculturais; conflitos relacionados ao visto atrelado ao casamento, entre outros.

Foi a partir destas demandas que redirecionei o trabalho que antes trataria da replicação de uma pesquisa realizada no ano de 2018, que compreenderia uma nova entrevista de psicólogos(as) participantes à época sobre as suas práticas e o uso de tecnologias da informação e comunicação em seus consultórios após a pandemia, para um novo caminho de investigação: a psicoterapia *online* como espaço de escuta e acolhimento das vivências de mulheres intercambistas que passaram pelo intercâmbio cultural *Au Pair*.

Assim, através da escuta dos relatos e vivências dessas mulheres e do respaldo da

literatura da área, observamos como as migrações podem demandar a elaboração de um luto - que pode ou não ser condição para o desenvolvimento de um sofrimento e de luto em nível patológico - e que podem envolver temáticas que abarcam as condições mais amplas a respeito dos movimentos migratórios e seus impactos psíquicos, desde a discussão acerca da perda da primeira língua até a clínica *online* como espaço que se faz possível e por vezes necessário nessas condições nas quais a clínica padrão presencial não é uma opção.

Considerando os aspectos teóricos expostos acima, veremos abaixo breves relatos de caso de quatro brasileiras, Larissa, Thaís, Marina e Ana (seus nomes e outras informações que pudessem identificá-las foram alteradas a fim de preservar suas identidades), quatro jovens brasileiras que ingressaram no programa de intercâmbio *Au Pair* rumo à América do Norte e Europa. A partir disso, discutiremos, de que modo aspectos como o luto pela perda dos referenciais de origem, da língua, a adaptação ao novo país, bem como outros núcleos se presentificam neste tipo de trabalho. As descrições serão focadas na experiência dessas mulheres no programa de intercâmbio *Au Pair*, porém também serão abordados conteúdos que abrangem suas vivências para além do intercâmbio, considerando que após o *Au Pair* todas elas iniciaram seu processo de fixação e residência fora do Brasil. Em seguida, serão apresentadas reflexões pertinentes ao exposto até o momento.

3.2.1 Larissa

Larissa é natural de uma grande cidade do Brasil e vive na Europa há aproximadamente 5 anos. Já havia experienciado a vivência no exterior quando se mudou para outro país há alguns anos atrás. Foi nesse país da Europa, entretanto, que passou a sentir-se estrangeira diante “dos europeus”, desenvolvendo sintomas de ansiedade e perda da autoestima.

Passou a sentir-se desse modo quando chegou no país para morar com uma família na qual prestava serviços de babá como *Au Pair*. Considera sua estadia no *Au Pair* - que durou cerca de um ano - traumática e horrível. Mudou-se para a Europa motivada também por seu relacionamento amoroso com um homem deste país, que conhecera no Brasil. Anteriormente já havia considerado fazer seu intercâmbio na América do Norte, também vinculado a um relacionamento na época. Ainda que não tenha associado inicialmente sua escolha de países e continentes com as relações amorosas estabelecidas, havia esta relação em seu discurso.

Descreve o *Au Pair* como uma experiência especialmente difícil devido à diferença

cultural, pois deparou-se com “outra cultura, na casa de pessoas estranhas”. Sentia-se em uma “posição de objeto”, pois a família hospedeira não se interessava em saber quem ela era, apenas no que poderia fazer e oferecer enquanto serviços domésticos. Além disso, sentia que a família tratavam-na a partir de uma posição de salvadores, como se a tivessem tirado de um país decadente e violento: “eles achavam que estavam salvando a minha vida, como se fosse uma menina passando fome no Brasil. Eles eram salvadores e eu era objetificada. Não gostava de como eles olhavam para mim, de um jeito negativo. Tive que lidar com várias questões e com meus próprios preconceitos.”

Outra metáfora utilizada por Larissa para exprimir sua vivência foi a de ver-se como uma cachorrinha da família, que estava ali, mas que não era parte atuante e participante daquele núcleo familiar - ou seja, falava de um sentimento de animalização e identificação com aquilo que é do não humano ou civilizado, bem como de um ser que não possui a linguagem como meio de comunicação. Nesta família, era comum ser denominada ‘latina’, recebendo de seus chefes explicações sobre o funcionamento de eletrodomésticos comuns, ou recebendo perguntas sobre o Brasil que denotavam a premissa de subdesenvolvimento cultural, social e tecnológico.

Com o passar do tempo, apesar de desenvolver o sentimento de indignação e tecer críticas ao comportamento da família hospedeira, passou a sentir-se inadequada e com a autoconfiança abalada, questionando seus conhecimentos e inteligência, o que não ocorreu em sua experiência enquanto moradora do Brasil e de outro país do sul global em que viveu anteriormente ao *Au Pair*. A partir de então, passou a identificar-se mais intensamente com as raízes brasileiras. Com relação às suas características físicas, sente que é diferente da população local e que sua aparência intensifica a marca de uma diferença.

Foi estudante de um curso técnico e trabalhou em um estabelecimento comercial. Neste curso, desenvolveu uma rede social formada principalmente por mulheres estrangeiras, que também compartilhavam as experiências de se vivenciar este curso no idioma local. Por não possuir a fluência neste idioma, é chamada a atenção por professores, o que a faz sentir-se em um local subjetivo infantilizado - tanto por ocupar um lugar de quem é chamada a atenção, quanto por não se sentir munida de vocabulário suficiente para defender-se, demonstrar seu conhecimento, explicar-se, ou ainda tecer críticas diante de tais situações. Em uma sessão, reflete que se pudesse ter vivenciado outras condições de acesso à qualidade de vida no Brasil, talvez não tivesse optado por sair do país.

De modo mais amplo, em sua experiência de migração após o Au Pair e em seu processo de fixação no país, também se deparou com conflitos com relação aos ideais sociais deste país, como por exemplo a conclusão de um curso técnico comum aos nativos. Em uma situação, foi questionada quando comunicou sua decisão pela saída deste curso: o que ela poderia ser sem este curso? O status de pessoa ou de “alguém” seria sentido por Larissa, naquela sociedade, a partir de sua qualificação profissional, resultando em conflitos acerca do valor daquilo que produzia até o momento, conferindo-lhe sentimentos de dúvida acerca de suas prioridades, em contraposição ao que se esperaria daquela sociedade.

Ao longo de seu percurso, pôde refletir e ver-se para além destes ideais locais, passando por um processo interno de reposicionamento diante do que fazia sentido para si enquanto sujeito. Deixou esse curso e passou a dedicar-se a um projeto pessoal de esculturas, buscando inspiração em suas raízes brasileiras. A partir do contato com estes conteúdos em psicoterapia e durante a confecção de suas esculturas, percebeu que estar perto demais de sua família materna, de suas raízes e de sua mãe em si mesma, compreenderia, para si, um risco de ser “tragada” ou “engolida”. Para honrar suas raízes, foi necessário deslocar-se para longe - honrar aqui significava se reconhecer e se aceitar como parte desta linhagem materna, de modo a aceitar que fazia parte de uma família “cheia de dores”. Deste modo, reconhece que teve que ir para longe para dar conta de acolher e de se conectar à história de sua mãe e a de si mesma enquanto parte desta linhagem familiar e, só assim, a partir dessa diferenciação, sustentar fazer algo de diferente em sua história (protegendo-se de ser engolida, mas sem negar suas raízes).

Desenvolveu, neste período, uma coleção de esculturas inspirada nas cumbucas indígenas, retiradas de uma árvore nativa brasileira. As cumbucas, explica, são representações daquilo que sustenta o que nos nutre durante a vida, que serve o leite e a água na infância e depois o alimento na vida adulta; essa sustentação é interpretada também a partir de sua história e das mulheres que sustentaram-na, de modo que pudesse nutrir-se e desenvolver-se a ponto de ter chegado onde está. A partir desse projeto, tem o desejo de um dia poder dedicar parte de sua renda ao reflorestamento desta árvore na terra natal de sua mãe.

3.2.2 Thaís

Thaís é natural de uma grande cidade no Brasil e chegou a um país europeu há aproximadamente 4 anos. Através de um programa de intercâmbio foi recebida por uma família

nativa, na qual prestava serviços de babá como *Au Pair*. Após a conclusão do *Au Pair*, tornou-se estudante de um curso técnico e sonha em fazer uma faculdade. Thaís, assim como Larissa, chegou ao país também em um relacionamento com um nativo que conheceu no Brasil. Posteriormente, reconhece que não havia interesse prévio neste país e que talvez sua escolha tenha sido influenciada pelo relacionamento.

Durante sua estadia no *Au Pair*, sentia dificuldades em estabelecer limites de horário para a família. Apesar de gostar da família hospedeira, não se sentia confortável para sair de seu quarto e, quando na presença dos pais das crianças, sentia que precisava “fazer sala”. Pôde permanecer no país europeu após seu ano de *Au Pair* com o auxílio da família, que se colocou disponível para serem responsáveis por ela durante um projeto social que participou após o *Au Pair*. Em troca, os auxiliaria com horas extra de trabalho como babá no contraturno. Quando saiu da casa deles e passou a morar sozinha, conseguiu estabelecer uma relação diferente com a família, vendo-os de forma menos assimétrica. Desenvolveram uma boa relação e, ainda tendo finalizado o *Au Pair*, visitava-os quando possível.

Com relação a sua experiência neste país, experienciou situações conflitantes em seu curso devido ao idioma. Relatava ter encontrado dificuldades com o novo vocabulário da área de seu curso, bem como na compreensão do idioma em seu ambiente de trabalho, sentindo-se mal quando chamada a atenção sobre a qualidade de sua comunicação, ou diante das chamadas de atenção acerca de suas repetidas perguntas sobre as instruções recebidas para a realização das atividades demandadas no curso.

Apesar de falar quatro idiomas, sentia como se estivesse se “esquecendo” de suas características e habilidades, tornando-se progressivamente “a estrangeira”, ou aquela que não fala a língua local suficientemente: “não me lembro quando deixei de ser a Thaís para me tornar ‘a estrangeira’”, diz. Lá, a palavra imigrante/estrangeira possui dois sentidos: o de pessoa que vem de outro país e também de algo próximo a invasor/intruso, com uso pejorativo. Sentia sua autoestima abalada e questionava-se acerca de sua inteligência e capacidade devido à sua insegurança com relação ao idioma.

No curso, fazia parte dos grupos de trabalho com outras mulheres também imigrantes que, apesar de diferentes entre si na cultura e nas formas de se comunicar, agrupam-se para a realização dos trabalhos, encontrando dificuldades em apresentar-se para a turma repleta de norte-americanos. Lamentava em alguns momentos ainda estar em um curso que a maioria dos nativos faz ao sair da escola, o que resulta em um sentimento constante de atraso (com relação

aos nativos do país e com relação aos seus amigos(as) brasileiros que, à esta altura, estavam se formando nas universidades).

Com relação ao idioma, relatava dificuldades por não falar o idioma “perfeitamente”, apesar de considerar que consegue se comunicar muito bem. Sua primeira língua, o português, tornou-se seu refúgio para expressão afetiva de raiva. Em seu trabalho como babá, foi questionada do porquê não ensinava português para as crianças, no qual se recusou por considerar que o português era “seu”: “aqui todo mundo fala (idioma local), mas só eu falo português, é a minha língua, não queria dar/ensinar isso para ‘eles’ (os europeus)”. Quando se depara com o idioma local por vezes incompreensível, sente-se confortável ao poder xingar em português livremente já que ninguém a entenderia, mandando-os muitas vezes para “a casa do c”. Chama a atenção o xingamento, tendo em vista sua recorrente sensação de ocupar um lugar de intrusão ou intromissão nesta sociedade que não sente ser sua casa, projetadas como mensagens de “volte para o seu país”, sentida diante de alguns conflitos.

Suas características físicas tornaram-se uma questão para Thaís, quando esta sentiu alguns conflitos advindos da experiência devido ao estereótipo do “ideal” de brasileira curvilínea, em contraposição ao estereótipo do país atual: branco e louro. Considerava-se muito magra, “não me pareço com as outras brasileiras, mas também não sou como as europeias”. Neste novo país, sentiu-se negra; no Brasil, apesar de autodeclarar-se negra, não sentia que essa era uma questão para ela. Sofreu um episódio de racismo no trabalho, em que um cliente do local não aceitou ser atendido por alguém “da pele escura”.

Seu grupo de amigas era formado principalmente por outras mulheres brasileiras com as quais se identificava, também negras e das quais valorizava as características físicas, ainda que se comparasse com relação ao ideal brasileiro (formato do corpo e cabelos cacheados e crespos). Com relação a cidade em que vivia no país europeu, relata: “aqui dizem que a cidade tem muita coisa diferente, e é, mas não tem nada de diversa”. Demonstra sentimentos ambivalentes com relação ao Brasil, que apesar de sentir não encontrar tanta infraestrutura e segurança pública como no país europeu, sentia que podia circular em diversas tribos e em grupos diferentes, para além do lugar de imigrante e/ou latina.

3.2.3 Marina

Marina é uma jovem brasileira, nascida na região sudeste do Brasil, preta e de família

interracial. No Brasil, era estudante de um curso de alta demanda em uma universidade pública de referência em seu estado. Antes de concluí-lo, contudo, deprimiu-se e optou por trancar o curso e realizar o sonho de um intercâmbio. Após o retorno deste primeiro intercâmbio e estando melhor, logo engajou-se no projeto do *Au Pair* na América do Norte em busca de viagens e também do aperfeiçoamento em um idioma estrangeiro.

Marina iniciou seu processo psicoterapêutico durante o período da pandemia, na ocasião de sua estadia na casa da segunda família em seu programa de intercâmbio de *Au Pair*. Durante sua experiência com a primeira família, acompanhava-os em viagens luxuosas e em alguns momentos sentia dificuldades em aproveitá-las. Devido a alguns conflitos optou por um *remach* em sua extensão do intercâmbio. Na segunda família, era responsável pelo cuidado de duas crianças.

O pai (*host dad*) - figura a qual se referia como “chefe” - vivia na casa com seus dois filhos, enquanto a mãe (*host mom*) das crianças encontrava-se em outro país em decorrência de seu trabalho, retornando para casa somente ao final da estadia de Marina. É interessante notar que, ainda que a palavra “chefe” faça referência ao mundo do trabalho, mantinha a expectativa de uma relação próxima com o pai das crianças. Ele a incentivava em seus projetos e conversava sobre sua vida pessoal, dedicando-lhe eventualmente alguns conselhos.

Ao final de sua estadia e com o retorno da *host mom*, tinha o desejo de continuidade de sua participação na rotina das crianças em finais de semanas e datas comemorativas, por exemplo. Havia uma expectativa, por parte de Marina, em tornar-se “parte da família”, principalmente frente ao desamparo experimentado em sua finalização do *Au Pair*, de uma transição de uma condição de intercambista para a condição de migrante na América do Norte, acompanhada também da mudança para uma república compartilhada com outros moradores juntamente ao seu então namorado.

Após a finalização do programa de intercâmbio, pediu a extensão de visto (transição para visto de turista). A questão do casar-se ou não se casar com o então namorado e retornar ao Brasil perdurou até a expiração do visto. Sem o *green card* (permissão de residência), Marina não poderia retornar ao Brasil para visitar seus familiares, ou sair do país com a possibilidade de voltar. Expirado o prazo, decidiram por se casar para a regularização de seu status. Continuou a trabalhar como babá e posteriormente deu início a uma faculdade que seria parte de seu desejo em realizar uma transição de carreira e inserir-se no mercado de trabalho local.

Àquela altura, ao final do programa de *Au Pair*, ver-se como parte da família representava encontrar neste país alguma referência de lar e pertencimento. Via em sua relação com seu trabalho como *Au Pair* algo comum a suas outras relações: “parece que quero cuidar de todo mundo, fazer da vida do outro um projeto meu”. Esta afirmação ilustra o contexto do final de sua estadia, em que estendeu por alguns meses seu desligamento do programa.

Permaneceu na casa até a chegada da nova intercambista, cedendo o acesso ao carro que era de seu uso exclusivo e deixando de seguir em busca de outras oportunidades profissionais. A medida em que percebia-se em um processo de auto negligência, baixa autoestima e desejo de integração na família a qual foi *Au Pair* (bem como das famílias para as quais trabalhou posteriormente, como babá) passou a notar que esperava algo em troca de sua *host family*, principalmente reconhecimento, afeto, de que a vissem e de que pudessem ser uma referência de vínculo e de rede de apoio naquele país, quando já não mais fosse a *Au Pair* da família.

Assim, ao longo de sua jornada enquanto *Au Pair* e posteriormente como babá, percebeu que se nutria do reconhecimento que procurava em seus próprios familiares no Brasil. Também se viu mergulhada em sentimentos de vulnerabilidade e de desamparo ao ver-se em outro país e sem o amparo da *host family* (ainda que um amparo burocrático) proporcionado pelo programa e pela mediação da família hospedeira. Via no pai da família uma espécie de pai também para si, no qual mantinha conversas sobre o atual namorado, ou que compartilhava questões sobre sua vida pessoal.

Os elogios e o sentimento de importância para a figura desse pai que ficava sozinho com as crianças em casa, sustentavam para ela um sentimento de importância para a família, de que ela seria lembrada e de que teria um espaço na casa posteriormente, mas que a colocavam em uma posição de desrespeito de seus próprios limites. Este sentimento de integração fazia com que oferecesse seu tempo extra e de sua disponibilidade, que no início sequer soavam para si mesma como uma questão, uma vez que se sentia parte daquela família, processo acentuado pela ausência da figura da mãe e de um deslocamento a um lugar de suplência, portanto. Durante o período da pandemia, por exemplo, via-se confinada na casa e totalmente disponível para a família. Percebia que os aspectos pessoais e profissionais misturavam-se e desequilibravam-se: “fico doando muito e não vejo a recíproca”.

Além de sua história e processos internos próprios, a configuração estabelecida no programa e suas nuances que perpassam ora o familiar, ora o profissional, colocaram para Marina uma conjuntura baseada em uma hierarquia familiar, profissional, mas também de um

vínculo de oferecimento de trabalho e do recebimento de moradia, alimentação etc, bem como reconhecimento e afeto, em uma troca não explícita diante do sentimento de desamparo neste novo país.

3.2.4 Ana

Ana, uma jovem vinda da região sudeste do Brasil, branca, foi atendida em psicoterapia semanal durante sua estadia na América do Norte. Em sua experiência de intercâmbio, foi vítima de assédio sexual por parte de um dos membros da família hospedeira. Ana revogou sua autorização para a utilização das vinhetas e, por esse motivo, seu caso foi suprimido da dissertação.

4. DISCUSSÃO GERAL

Estes breves relatos, apesar de não se aprofundarem enquanto estudo de caso, ilustram os aspectos apresentados até o momento pela literatura. É importante ser considerado, inicialmente, o momento migratório em que essas mulheres se encontravam: todos os casos atendidos iniciaram seus processos de psicoterapia a partir do segundo e terceiro ano fora do país de origem, ou seja, em um momento em que a adaptação ao novo país ainda era sensível e no qual entraves se colocavam diante do conflito da continuidade - e das possibilidades concretas e documentais - de se viver no exterior ou do retorno ao Brasil, que em alguns casos surge como desejo (consciente ou não) e, em outros, como temor ou incertezas. Também é válido destacar que, apesar de as vinhetas apresentadas serem focadas nas experiências vivenciadas a partir do *Au Pair*, alguns relatos podem ser extrapolados aos processos internos característicos de movimentos migratórios, como vimos a partir da literatura apresentada inicialmente.

A partir dos casos de Larissa e Thaís, podemos observar inicialmente um comprometimento de sua auto imagem diante “dos europeus” (branquitude dominante), resultando em um processo de luto cultural e auto recriminação de suas próprias características e habilidades, como descrito anteriormente. Suas características pessoais, habilidades e identidade consolidadas no Brasil foram progressivamente deslocadas para um sentimento de estrangeirismo (seja enquanto um sentimento de infantilização, seja de invasão ou intrusão), seguido de auto recriminações e dúvidas acerca de suas próprias capacidades diante dos ideais culturais e comunidade local.

Sobre esse ponto, Larissa relata um sentimento de regressão, como se tivesse se enrijecido e se tornado menos espontânea, ao mesmo tempo em que a insegurança vivida nesta experiência tivesse a colocado em um lugar de criança novamente: por vezes dependente financeiramente, vulnerável e com pouco domínio do idioma ou com o uso de vocabulário básico - como uma criança que se apropria da língua, ou de um animal, como na metáfora do cachorro. A questão do idioma, nesse e em outros casos atendidos, aparece como um pilar decisivo quanto à possibilidade de posicionamento frente aos conflitos, na manutenção de seus direitos e posicionamento diante de violências (xenofobia, assédio e racismo, por exemplo) que, uma vez não garantidos, tem potencial de impacto e rebaixamento do eu, afetando a preservação da autoestima.

No caso de Thaís e de Ana, a insegurança com o domínio do idioma também surge como um elemento que as impedem de se sentirem confortáveis nas interações sociais com os amigos e familiares de seus namorados nativos, ocupando um lugar de exclusão e de estrangeirismo. Frantz Fanon aborda a questão do idioma e a relação entre colonizados e colonizadores em suas obras "Pele Negra, Máscaras Brancas" (1952) e "Os Condenados da Terra" (1961). Ele reconhece o papel do idioma no processo de colonização e dominação, destacando como o uso da língua pelo colonizador pode afetar aspectos subjetivos, bem como a identidade.

Em "Pele Negra, Máscaras Brancas" (1952), Fanon explora o impacto psicológico da colonização na autoestima e na autoimagem dos sujeitos colonizados. Ele argumenta que a imposição da língua e da cultura do colonizador pode levar à alienação e à internalização de estereótipos racistas. Ao apropriar-se do idioma do colonizador e se afastar de sua própria língua e cultura, o sujeito colonizado pode sentir-se inadequado e desvalorizado, alimentando um complexo de inferioridade. Fanon também observa como o uso da língua do colonizador pode criar uma barreira de comunicação e compreensão entre os colonizados e suas próprias culturas, o que contribuiria para uma assimilação forçada dos valores e crenças do colonizador. Nesse sentido, a adoção completa do idioma do colonizador poderia perpetuar relações de poder assimétricas e manter a dependência dos colonizados em relação aos colonizadores. Assim, a reafirmação da identidade linguística e cultural seria parte essencial da construção de uma consciência coletiva e para a luta pela independência. Em última instância, a questão do idioma é vista como um aspecto na luta pela emancipação e descolonização dos povos oprimidos. Nesse sentido, talvez possamos considerar que sustentar o uso do idioma primário (ou como no caso citado de Thaís, que se recusava a ensinar a língua portuguesa), poderia ser uma forma de preservação de elementos indissociáveis à constituição da identidade, do eu individual e também social.

As características físicas também se apresentam nos relatos. Com relação aos aspectos raciais, Tummala-Narra (2014) explica que a identidade racial no contexto da imigração também deve ser considerada como uma interação de uma organização intrapsíquica anterior ao processo migratório, moldada pela cultura do país de origem e também pela cultura do país hospedeiro. Nesse sentido, a autora ressalta que as percepções da própria cor da pele e da cor da pele dos outros serão influenciadas por atitudes sociais sobre a cor da pele no país ou cultura de origem e as do novo país, contribuindo para sentimentos inconscientes e conscientes sobre a pele clara ou escura da cor como indicativo de "pertencimento étnico, aculturação e identificações raciais" (TUMMALA-NARRA, 2014, p.400). Sendo assim, observa-se as

marcas das diferenças tanto com relação ao povo que as receberam, tanto como com relação ao ideal de mulher brasileira, que resulta em um sentimento de inadequação estética com relação aos padrões sociais de ambos os países, apesar de sentirem-se identificadas enquanto estrangeiras e compartilharem do mesmo referencial cultural.

Retornando ao texto de Porchat (2019) apresentado anteriormente, em uma tentativa de aproximação dos elementos apresentados na experiência de Freud enquanto judeu, podemos observar algumas características em comum nos relatos apresentados: 1) uma consciência interior (que nos casos apresentados passa a ser questionada, em um processo que pode ser compreendido como luto cultural); 2) percepção de uma natureza brasileira a partir de determinadas qualidades (simpatia, gentileza e corpo curvilíneo, por exemplo); 3) afirmação de uma identidade por diferenciação em relação a outras, que são negadas (sou brasileira e não norte-americana ou europeia) e 4) pelo reconhecimento de pertencimento ao povo brasileiro ou América Latina, além da marca do reconhecimento do outro (comunidade), que as veem enquanto brasileiras, negras, latinas ou estrangeiras (lembrando que apesar destas aproximações, tratam-se de contextos diferentes, principalmente em se considerando que Freud era europeu e branco, ainda que dentro de uma identificação judaica).

A psicoterapia *online*, neste contexto e nesses casos, aparece como uma possibilidade de espaço de ressignificação e simbolização da experiência traumática e do luto através da fala, possibilitada pelo compartilhamento do idioma entre terapeuta e paciente. Tal modalidade surge como espaço possível na medida em que há a limitação da distância geográfica. Sobre isso, a utilização da tele análise, como proposto por Scharff (2013), se apresenta de modo a viabilizar a análise quando esta é dificultada pelo deslocamento do analisando ou analista, podendo recorrer à modalidade à distância para o início ou continuidade do trabalho.

Além disso, nos casos apresentados e em outros atendidos, uma psicoterapia ou análise realizadas em inglês e/ou outros idiomas poderiam ser mais ou menos dificultados, na medida que as(os) pacientes possuam domínio do idioma local. Nesse sentido, observamos que, a partir da pandemia e da popularização dos atendimentos *online*, pacientes migrantes puderam passar a acessar a psicoterapia em sua primeira língua, o que em outras condições - como depender da presença de um psicoterapeuta brasileiro(a) ou que fale português em outros países - talvez não fosse possível.

As motivações conscientes que circundam tal escolha pela psicoterapia em língua portuguesa encontrariam nessa justificativa um primeiro ponto de ancoragem. No entanto,

enquanto conteúdo latente, podemos observar que a escolha pela primeira língua pode estar associada a um refúgio, como um lugar - compartilhado comigo em língua portuguesa, no momento da sessão - de elaboração do trauma e do luto próprio à migração e ao luto cultural, dos conteúdos diversos vivenciados no processo de migração, ou de uma tentativa de preservação do primeiro idioma e destes objetos internos à eles associados, como no caso de Thaís e de Marina.

Além disso, a partir das violências e estigmas vivenciados pelas pacientes nos idiomas locais dos países em que vivem (que colocavam em dúvida sua inteligência e capacidades, por exemplo), poderíamos considerar, ainda, a hipótese de um resgate à primeira língua como uma tentativa de resgate também à autoestima e à própria capacidade de se colocar como sujeito pleno de suas habilidades intelectuais - como no caso de Larissa e de Ana. A psicoterapia *online* mostra-se, dessa maneira, como um espaço de ressignificação destes processos de luto vivenciados pelas pacientes, ou como um meio de preservação de seus aspectos identitários frente a este luto e perdas de referenciais vividos tão intensamente.

No trabalho de Ayouch (2015), no entanto, o autor traz a perspectiva da utilização da língua estrangeira como possibilidade de afastamento e extravasamento, como expresso no trecho a seguir:

Nesse sentido, no atendimento a pacientes estrangeiros, fui confrontado com uma clínica da “revitalização” da língua nativa pela língua estrangeira, quando os pacientes recorriam à língua estrangeira para se reconstruir psiquicamente, e afastar o arrombamento da língua materna. Para o/a multilíngue ou o poliglota, a nova língua permite evitar a invasão de um trecho da língua materna fortemente investido. Ela favorece assim uma reparação de representações sexuais-infantis. A terapia aspira a estabelecer um vai-e-vem entre língua materna e nova língua, para permitir um acesso mais apaziguado a essas vivências da sexualidade infantil. (AYOUCH, 2015, p.99)

Todavia, como observamos nos casos apresentados, o movimento parece ser o contrário. Quanto mais próximas da língua estrangeira, mais próximas estariam talvez de suas experiências traumáticas e de um lugar de desapropriação das palavras, de seus conhecimentos e de seus referenciais, como a regressão ao infantil ou animalesco diante do arranjo do ideal colonizador, como no relato da paciente Larissa. Assim, ao poder fazer uso da língua portuguesa e a partir dela ter condições de se expressar a partir de um vocabulário adulto, encontrou em sua língua primária uma ferramenta - importante dizer, sem o esforço de selecionar as palavras - uma forma de acessar, descrever e relatar os seus sentimentos,

experiências e sensações vividas. Este processo pode, em certa medida, reinvesti-la de seu lugar de sujeito, a partir de palavras que possibilitam a narrativa sobre sua própria história que, em outro idioma, nessas condições, estariam comprometidas.

Na clínica *online* com migrantes (em língua portuguesa para brasileiras e brasileiros) vimos que o processo se inicia com o resgate da língua de origem em direção também a um processo de ressignificação dessas experiências enquanto estrangeiras em um novo país. Resgatar as origens deram condições para que pudessem se localizar neste novo lugar e também a rever seus caminhos passados e futuros, como no caso de Larissa e a confecção de suas esculturas.

Com relação às dinâmicas hierárquicas descritas entre as famílias hospedeiras e as *Au Pairs*, podemos tecer algumas considerações a partir das contribuições de Frantz Fanon (1952), pautadas nas dinâmicas de poder e exploração dadas nas relações coloniais. No contexto do programa *Au Pair*, pode-se questionar se a relação entre a *Au Pair* e a família anfitriã poderia estar permeada por desigualdades e assimetrias, especialmente no que diz respeito a horas de trabalho, remuneração e condições de acesso à bens e consumo, qualidade de vida, acesso aos serviços e bens comuns aos cidadãos do país (saúde e educação, por exemplo), entre outros.

Além disso, essa modalidade de intercâmbio pode, em alguns casos, reforçar relações neocoloniais, uma vez que jovens mulheres oriundas de países em desenvolvimento acabam em uma dinâmica de trabalho na qual servem à famílias de países desenvolvidos em troca de moradia, alimentação e do pagamento em dinheiro pelos seus serviços com remuneração abaixo do mercado de trabalho local, em um processo implícito e naturalizado de dominação e exploração que persistem e se atualizam, mesmo após a independência dos países colonizados. O conceito de neocolonialismo destaca como as antigas potências colonizadoras, apesar da independência política das nações colonizadas, continuam exercendo controle econômico, político e cultural sobre elas - incluindo, aqui, a imposição do idioma do colonizador.

O programa *Au Pair*, como vimos, sustenta a propaganda de proporcionar uma experiência cultural e de viagem às intercambistas, no entanto, observamos também jovens mulheres de países historicamente colonizados, por vezes racializadas e com um recorte de classe econômica específicos (ou seja, em outras condições talvez fosse muito difícil vivenciar um intercâmbio, devido a razões econômicas), a trabalhar muitas horas e a assimilar os valores e modos de vida da família anfitriã em detrimento de sua própria identidade cultural. Dependendo do país de origem da *Au Pair* e do país anfitrião, além disso, podem se estabelecer

nessas relações percepções estereotipadas em relação ao outro, especialmente quando estereótipos culturais e raciais são reforçados nessa relação assimétrica entre a família e a *Au Pair*, como vimos principalmente no caso de Larissa e de Ana.

Essa compreensão vai de encontro ao trabalho “*Working Conditions as Risk Factors for Depressive Symptoms among Spanish-Speaking Au Pairs Living in Germany-Longitudinal Study*”, de Espinoza-Castro (2021), que constataram que o excesso de trabalho, as dificuldades de adaptação com o *schedule* (agenda de tarefas) e aos compromissos sociais e familiares, bem como a violência física por parte das crianças anfitriãs, foram identificados como potenciais fatores de risco para sintomas depressivos entre *Au Pairs* de língua espanhola que vivem na Alemanha. Os autores concluem que este cenário contradiz, como já vimos, a definição de *Au Pair* - que significa “ao par” ou “em partes iguais” - evidenciando a hierarquia e os conflitos subjacentes, neste e em outros trabalhos sobre o tema.

Neste arranjo hierárquico fomentado pelo programa, pode-se nutrir uma montagem tipicamente colonial, tanto em aspectos de hierarquia cultural e racial, de exploração econômica e de trabalho não remunerado (assim como a realização de tarefas domésticas em troca de acomodação, comida e da mesada, em uma reprodução da exploração econômica ocorrida nas colônias), em um processo de naturalização da desigualdade e do servir aos colonizadores, de dominação e assimilação cultural. Assim, apesar de não ser um reflexo direto do sistema colonial, pode apresentar em si e nas relações estabelecidas a partir do programa reproduções deste sistema.

Nesta espécie de atualização colonial, consideramos ainda o recorte racial envolvido. Para além dos aspectos econômicos relacionados ao norte e sul global, inclui-se indissociavelmente as marcas do racismo e estereótipos racistas promovidos pelo processo colonizatório. Nesse sentido, a busca pelo reconhecimento do colonizador seria também parte da construção da identidade de sujeitos negros nas sociedades colonizadas, em um processo de busca pelo ideal e reconhecimento brancos. Nesse sentido, seria possível uma aproximação entre este processo descrito por Fanon e o conceito de melancolia racial apresentado anteriormente pelos autores Eng e Han (2000). Tal processo poderia levar a uma alienação própria e de sua própria identidade, pois diante da desvalorização própria restaria “provar sua brancura aos outros e sobretudo a si mesmo” (FANON, 2008, p.179). Assim, a busca pelo estilo de vida do colonizador, idioma e de relacionamento com o “gringo” ou “gringa” poderiam ser efeito de uma assimilação do processo colonizatório, que resultaria em uma busca do

reconhecimento do outro e do valor de si mesmo a partir deste outro e destes referenciais assimilados como ideais a serem conquistados.

Voltando aos aspectos relacionados a história de vida e ao recorte racial, utilizando como exemplo o caso de Marina, a questão do reconhecimento e a identificação racial perpassou todo seu processo psicoterapêutico - tomarei como base a cor da pele como marcador, em contraponto às outras concepções raciais possíveis presentes no país localizado na América do Norte, como a origem latina, por exemplo. Ainda que seu pai e as mulheres pretas de sua família fossem para ela uma referência enquanto a auto valorização, identificação enquanto mulher preta e resgate identitário em momentos de dificuldades, sua identificação enquanto mulher preta foi tardia. Por ter a pele clara, durante sua infância e adolescência não se identificava como negra; vivia com sua mãe (branca) e tinha o anseio de por ela ser vista. Sobre esse aspecto, outro ponto importante destacado por Fanon é a experiência do complexo de inferioridade que pode ser internalizado por sujeitos negros e/ou colonizados. Ele observa como a sociedade branca colonial estabeleceu narrativas de superioridade e inferioridade racial, levando muitos negros a internalizarem a visão negativa de si mesmos como "inferiores". Essa internalização do racismo resultaria em uma busca constante por reconhecimento e validação, devido a opressão sistemática que comprometeu a construção de sua autoestima e identidade.

Fanon também explora o impacto do olhar branco sobre o negro, apresentando como o negro é constantemente submetido a um olhar racista, que o reduz a um objeto exótico ou perigoso, distorcendo sua humanidade e individualidade. Esse olhar estigmatizante colocaria o negro em uma posição de constante autovigilância, levando-o a tentar se encaixar nos padrões brancos e adotar máscaras para se proteger do estigma e do preconceito. O autor também aborda a noção de que o reconhecimento e a aceitação por parte dos brancos são muitas vezes buscados pelos sujeitos negros como uma forma de atenuar seu sentimento de inadequação e inferioridade. Essa busca por validação branca pode levar a uma negação da própria negritude e uma adoção acrítica da cultura e dos valores brancos.

Fanon argumenta que essa aceitação não é uma solução verdadeira para a opressão racial e, em vez disso, defende a valorização e o empoderamento da cultura e da identidade negras como uma forma de resistência. Nesse sentido, o reconhecimento só poderia ser alcançado através de um processo de descolonização mental e/ou subjetiva, onde os sujeitos negros e/ou colonizados se libertariam das amarras impostas pelo racismo e se reconectariam com sua herança cultural e identidade racial.

Em seu processo psicoterapêutico, Marina ressalta a importância de podermos falar sobre as questões raciais em sua história através do vínculo estabelecido, considerando este um fator para sua continuidade no processo. Durante o trabalho, interpretações acerca de sua busca por reconhecimento foram partes dessa construção, como uma possível atualização enquanto representante desta mãe branca da qual ela pudesse atacar e falar sobre seu desejo de sentir-se vista e ouvida. Isso foi condição para que pudesse pensar sua relação com a *host family* e com o *Au Pair*. Em um episódio, narra um jantar com a *host family* em que a recorda de sua avó paterna, uma mulher negra que sempre era a última a sentar-se à mesa, apenas o fazia após servir os familiares e/ou visitas. Esta memória lhe ocorre ao final do programa, enquanto via-se abrindo mão de suas prioridades para servir as necessidades da família hospedeira. A memória de tal episódio foi, para Marina, uma possibilidade de identificação com sua avó a partir de uma reflexão acerca das mulheres pretas de sua família, dos lugares por elas ocupados no passado, de suas raízes, mas também de uma tomada de consciência e reposicionamento diante daquela família e de suas relações. Posteriormente, passou a desejar aplicar-se para uma Universidade histórica e tradicionalmente preta e a aproximar-se de uma amiga também preta, figura da qual identifica-se e busca o reconhecimento, sentindo-se confortável para compartilhar sobre suas vivências. Após este processo, também chegou à conclusão de que gostaria de iniciar uma psicoterapia com uma psicóloga preta futuramente.

Também é importante notar que, tanto no caso de Ana como no de Marina, ambas aguardavam a extensão do prazo do visto de turista enquanto estavam em relacionamentos nos quais a questão do casamento e do visto surgiam enquanto preocupação e/ou expectativa. No caso deste país da América do Norte, estar nessas condições, ou seja, sem acesso à documentação que autoriza a residência (o documento de residência permanente concede autorização para trabalhar e viver neste país, bem como da saída e regresso), era razão de preocupações, apreensão e ansiedade ao ver-se diante do seguinte dilema: ou retornar ao Brasil e ver sua família, pendendo o direito de retorno imediato ao país estrangeiro, ou casar-se com seus respectivos namorados (moradores locais) e, a partir daí, dar início a documentação que as possibilitariam retornar ao Brasil autorizadas de regresso, bem como da possibilidade de transição de carreira e deixar de trabalhar como babá. Esta situação nos retorna ao texto de Rosa (2009), acerca dos diferentes cenários migratórios e seus níveis de amparo jurídico e social, que destaca que as questões políticas envolvidas nas migrações – principalmente nos casos com documentação dificultada – merecem destaque, pois as pessoas que se encontram em condições precárias podem ser levadas a agir em resposta à urgência. A questão da regularização no país

e da documentação que permita uma estadia legal, por exemplo, podem levar os sujeitos à situações potencialmente vulneráveis e traumáticas, como: “empregos precários, casamentos arranjados, em filhos gerados para legalização, estratégias que supostamente decidiriam a posição do sujeito” (ROSA, 2009, p.5).

Notamos, ainda, que nos casos apresentados, distanciar-se do Brasil e, por consequência, de suas famílias de origem em direção à uma outra, podia estar carregado não só de expectativas que perpassavam o país de destino e aos ideais a partir dele investidos, mas também de demandas, lugares ou conflitos relacionados às suas próprias origens. Por vezes, observava-se a atualização destes conteúdos e conflitos familiares nas famílias anfitriãs (como Marina e seu *host dad*). Outra via apresentada, ainda, foi o do deslocamento como um meio de reposicionamento diante de si mesma e de sua própria história, como já exposto anteriormente no caso de Larissa.

Por fim, nota-se que, ainda que o intercâmbio *Au Pair* seja uma proposta de experiência com tempo definido, prazo de extensão máximo e com previsão de término em até dois anos, o que observamos, no entanto, é a utilização desta modalidade para a saída do país de origem e de inserção no país de destino com expectativas de residência e de imigração. Todas as pacientes atendidas permaneceram no país escolhido para intercâmbio, ainda que conflitos com relação ao status do visto e possibilidades de carreira aparecem como adversidades. O Brasil, assim, se torna posteriormente um local de férias e turismo (em uma espécie de inversão da proposta inicial do *Au Pair*, no qual seria o país estrangeiro aquele destinado às viagens e turismo), como um local afetivo de retorno enquanto idioma e referências, de onde os familiares e amigos(as) estão, mas que pouco oferece em termos de segurança, trabalho, acesso à bens e serviços, qualidade de vida, poder de compra e oportunidades. Por este motivo, entendemos que pensar sobre o *Au Pair* requer, indissociavelmente, considerar os processos e condições migratórias que são por si mesmas complexas e envolvem conteúdos e aspectos subjetivos, mas também burocráticos, culturais, raciais/étnicos e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido buscou apresentar as discussões sobre a literatura específica referente aos atendimentos clínicos *online*, as condições migratórias e seus desdobramentos, em especial o luto cultural e a melancolia de raça, entre outros. Além disso, foram elaboradas reflexões sobre o programa de intercâmbio *Au Pair* a partir das vinhetas clínicas que ilustraram os processos migratórios vivenciados por jovens mulheres brasileiras, bem como das possibilidades de atendimento para este público. Apesar de focada na experiência do intercâmbio *Au Pair*, pudemos observar aspectos próprios à experiência dessas mulheres enquanto imigrantes.

A experiência de se tornar uma intercambista de *Au Pair* mostrou-se ser emocionalmente desafiadora ao demandar dessas mulheres um trabalho de luto próprio às migrações, decorrentes da inserção em um país estrangeiro, na casa de uma família desconhecida, em outra cultura e idioma. Como vimos no decorrer do trabalho e da literatura apresentada, os trabalhos na área ainda são escassos e nota-se que a questão da reedição do colonialismo nessa modalidade de intercâmbio é um tema pouco explorado, além de complexo e multifacetado.

A análise dos casos apresentados nas vinhetas ilustra que, em muitos aspectos, os vestígios do colonialismo persistem nas dinâmicas estabelecidas no *Au Pair*, seja na forma de disparidade entre os membros da família, das condições econômicas, culturais ou de acesso às condições legais do país, trazendo impactos significativos para as intercambistas, o que evidencia a necessidade de novas pesquisas sobre o tema. Nesse contexto, a psicoterapia mostrou-se como um espaço de sustentação e ressignificação dos processos relativos aos processos de luto e eventos traumáticos vivenciados.

REFERÊNCIAS

AINSLIE, R. C.; Tummala-Narra, P.; Harlem, A.; Barbanel, L. Contemporary Psychoanalytic Views on The Experience of Immigration. **Psychoanalytic Psychology**, American Psychological Association, Vol. 30, No. 4, 663–679, 2013. 0736- 9735/13/\$12.00 DOI: 10.1037/a0034588. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2013-41056-009>

ARRAIS, A., & Allis, T. . In(H)ospitalidade E Turismo De Intercâmbio: Um Estudo Sobre Au Pairs Brasileiras nos Eua. *Revista Hospitalidade*, 18(03), 26–47. 2021. Disponível em: <https://www.revhosp.org/hospitalidade/article/view/971>

AU PAIR WORLD - An au pair for your Family. Disponível em: <https://www.aupairworld.com/en/hosting-an-au-pair> Acesso em: jan 2023

AU PAIR WORLD - Become an au pair and have the time of your life. Disponível em : <https://www.aupairworld.com/en/become-an-au-pair> Acesso em: jan 2023

AYOUCH, T. Clínica psicanalítica da língua: vias associativas interlinguísticas, tradução e transferência. *Estudos de Psicologia (Campinas)* [online]. 2015, v. 32, n. 1 [Acessado 25 Abril 2022] , pp. 97-107. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000100009>> ISSN 1982-0275.

AZEVEDO, E.; FEIL, C.; RITER, H.; GOLBERT, R.; LOTTI, L.; SOUZA, L.; DALL'AGNOL, L.; MELLO, L.; MENGER, S. Psicoterapia de orientação psicanalítica online com crianças e adolescentes em tempos de isolamento social. *Publicação CEAPIA*. n. 29, 2020. Disponível em: <https://ceapia.com.br/wp-content/uploads/2021/06/ceapia-2020-v29-n29-13.pdf> Acesso em: jan 2023

BARBEIRO, F. S. *As tecnologias de informação e comunicação no contexto da clínica psicanalítica*. Londrina, 2019.

BARBOSA, A. M. F. CARVALHO et al. As novas tecnologias de comunicação: questões para a clínica psicanalítica. **Cad. psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 29, p. 59-75, dez. 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952013000200004&lng=pt&nrm=iso Acesso em 28 nov. 2022.

BELO, F. **Clínica psicanalítica on-line: breves apontamentos sobre atendimento virtual.** - 1. ed. São Paulo: Zagodoni, 2020.

BOULANGER, G. Lot's wife, Cary Grant, and the American dream: Psychoanalysis with immigrants. *Contemporary Psychoanalysis*, 40, 353–372, 2004. doi:10.1080/00107530.2004.10745836

BRASIL, Ministério da Saúde. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 2 de jan de 2022.

CAMPOS, E. B. V. **A Pesquisa Qualitativa e o Método Psicanalítico.** In: II Jornada Internacional de Pesquisa em Psicanálise e Fenomenologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia: PUC Campinas, 2008. p. 153-160.

CAMPOS, E. B. V. Delineamento de pesquisa no campo psicanalítico: Uma proposição sintética. **Psicol. clín.**, Rio de Janeiro, v. 33, n.3, p. 487-505, dez. 2021. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652021000300006&lng=pt&nrm=iso>.

CANTONE, D.; GUERRIERA,, C.; ARCHITRAVO, M; ALFANO, Y. M.; CIOFFI, V.;; MORETTO, E.; MOSCA, L. L.; LONGOBARDI, T.; MUZZI, B.; MALDONATO, N. M.; SPERANDEO, R. A sample of Italian psychotherapists express their perception and opinions of online psychotherapy during the covid-19 pandemic. Luglio-Agosto 2021, Vol. 56, N. 4. *Riv Psichiatr* 2021;56(4):198-204 doi 10.1708/3654.36347 Disponível em: <https://www.rivistadipsichiatria.it/archivio/3654/articoli/36347/>

CAPOULADE, F.; PEREIRA, M. E. C. Desafios colocados para a clínica psicanalítica (e seu futuro) no contexto da pandemia de COVID-19. Reflexões a partir de uma experiência clínica. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* [online]. 2020, v. 23, n. 3, pp. 534-548. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1415-4714.2020v23n3p534.6>>. Epub 30 Out 2020. ISSN 1984-0381. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2020v23n3p534.6>. Acesso em: 01 nov 2022

CARIGNATO, T. T. A construção de uma clínica psicanalítica para migrantes. *Rev. Inter. Mob. Hum.*, Brasília, Ano XXI, n. 40, p. 107-129, jan./jun. 2013

CASCIO, S. Reconsiderations on Online Psychoanalysis. Lirpa – Internacional Journal. ISSN: 2611-7231. Publication: n. 6 of 30. 06. 2022. Disponível em: <https://www.lirpa-internationaljournal.it/en/2020/07/01/reconsiderations-on-online-psychoanalysis/>

Conselho Federal de Psicologia, 2005 **Resolução nº 012/2005** de 18 de Agosto de 2005.

Conselho Federal de Psicologia, 2012. **Resolução nº 011/2012** de 25 junho de 2012. Disponível em: < http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Resoluxo_CFP_nx_011-12.pdf> . Acesso em: 15 mar 2018.

Conselho Federal de Psicologia, 2018. **Resolução nº 011/2018** de 11 maio de 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/05/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-11-DE-11-DE-MAIO-DE-2018.pdf>. Acesso em: 15 de mai de 2018.

COSTA, C. K. da. Pensando os impasses nas entrevistas iniciais de análise: defesas, possibilidades de manejo e atendimento online na pandemia. **Rev. bras. psicanál.**, São Paulo , v. 55, n. 3, p. 155-167, set. 2021 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2021000300011&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 28 nov. 2022.

DANTAS, S. Migração, Prevenção em Saúde Mental e Rede Digital. REMHU : Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana [online]. 2016, v. 24, n. 46, pp. 143-157. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004610>>. ISSN 2237-9843. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004610>.

DANTAS, S. R. Au Pair Program: Intercâmbio Cultural Ou Importação de Mães Substitutas, 2021. Unb Disponível em: https://Bdm.Unb.Br/Bitstream/10483/32844/1/2021_samirarodriguesdantas_tcc.Pdf Acesso em: jan 2023

DANTAS, S.; UENO, L.; LEIFERT, G.; SUGUIUR, M. Identidade, Migração e Suas Dimensões Psicossociais. REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, vol. 18, núm. 34, enero-junio, 2010, pp. 45-60

DASH, S. Grief vs. Mourning: What's the Difference, 2021. Disponível em: <https://www.therecoveryvillage.com/mental-health/grief/related/grief-vs>

mourning/#:~:text=Grief%20relates%20to%20the%20thoughts,after%20losing%20someone%20they%20love.

SILVA, C. J. De Experiência. Universidade Federal Da Paraíba Centro De Ciências Humanas Letras e Artes Departamento De Psicologia Bacharelado Em Psicologia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/21795/1/CLARISSE%20JUNQUEIRA%20DA%20SILVA.pdf> Disponível em: <https://cadastro.site.cfp.org.br/docs/resolucao2005_12.pdf> Acesso em: 15 mar 2018.

ENG, David L.; HAN, Shinhee. A Dialogue on Racial Melancholia. *Psychoanalytic Dialogues*, 10(4):667–700, 2000. DOI:10.1080/10481881009348576 Disponível em: <https://www.vanderbilt.edu/olli/class-materials/ADialogueOnRacialMelancholia.pdf> Acesso em: dez 2021

ESPINOZA-CASTRO, B; WEINMANN, T; MENDOZA L, R; RADON, K. Working Conditions as Risk Factors for Depressive Symptoms among Spanish-Speaking Au Pairs Living in Germany—Longitudinal Study. *Int J Environ Res Public Health*. Jun 28;18(13):6940. 2021. doi: 10.3390/ijerph18136940. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34203539/> Acesso em: jan 2023

FANON, F. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira - Salvador: EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, L. C. **A virtualidade do dispositivo de trabalho psicanalítico e o atendimento remoto: uma reflexão em três partes.** *Cad. Psicanál. (CPRJ)*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 42, p. 61-80, jan./jun. 2020.

FREUD, S. (1911-1913) Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("O caso Schreiber"), artigos sobre técnica e outros textos. Companhia das Letras.

FREUD, S. (1917) Luto e melancolia. In: FREUD, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIV, p. 245-263. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1919) O 'estranho'. In: FREUD, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XVII, p. 275-314. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. **Obras Completas**, Vol. 10, 1911-1913. Cia. das Letras — São Paulo, 2010.

GEBRIM, Ana Carolina Campos. **Psicanálise no front: a posição do analista e as marcas do trauma na clínica com migrantes**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-15012019-155154/publico/gebrim_corrigida.pdf

GESERICK, C. I Always Wanted to Go Abroad. And I Like Children: Motivations of Young People to Become Au Pairs in the USA. 2012, in: 20, 1, S. 49-67 19 S. Disponível em: [https://ucris.univie.ac.at/portal/de/publications/i-always-wanted-to-go-abroad-and-i-like-children-motivations-of-young-people-to-become-au-pairs-in-the-usa\(ba8691ca-9527-49ba-9733-243e4db1bdac\).html](https://ucris.univie.ac.at/portal/de/publications/i-always-wanted-to-go-abroad-and-i-like-children-motivations-of-young-people-to-become-au-pairs-in-the-usa(ba8691ca-9527-49ba-9733-243e4db1bdac).html) Acesso em: jan 2023

GHELLER, J. H. Atendimento online e sexualidade. **J. psicanal.**, São Paulo, v. 54, n. 100, p. 69-84, jun. 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352021000100006&lng=pt&nrm=iso Acesso em 28 nov. 2022.

GHELLER, Julio Hirschhorn. Atendimento online e sexualidade. **J. psicanal.** São Paulo, v. 54, n. 100, p. 69-84, jun. 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352021000100006&lng=pt&nrm=iso. acessos em 18 set. 2023.

Glossário sobre Migração - Direito Internacional da Migração. Organização Internacional para as Migrações (OIM), nº22, 2009. Depósito Legal: 304 786 /10 ISSN 2075-2687. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>

GONDAR, Jô. Psicanálise on line e elasticidade da técnica. **Cad. psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 42, p. 37-45, jun. 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952020000100003&lng=pt&nrm=iso. acessos em 28 nov. 2022.

HALL, S. A Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 11. Ed. 2006.

HALLBERG, S. C. M; LISBOA, C. S. M. Percepção e Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação por Psicoterapeutas. ISSN 1413-389X **Trends in Psychology** / Temas em Psicologia – 2016, Vol. 24, nº 4, 1297-1309; DOI: 10.9788/TP2016.4-06. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/314245503_Percepcao_e_Uso_de_Tecnologias_da_Informacao_e_Comunicacao_por_Psicoterapeutas_Information_and_Communications_Technologies'_Perception_and_Use_by_Psychotherapists

HEGER, D. L. Possibilidades dentro do enquadre virtual: reflexões sobre observação de bebês e atendimentos online. p.39-50. Publicação CEAPIA: revista de psicoterapia da infância e da adolescência. Centro de Estudos, Atendimento e Pesquisa da Infância e da Adolescência – Ano 30, n. 30 (2021) – Porto Alegre, 1988. Disponível em: https://ceapia.com.br/wp-content/uploads/2021/11/Revista_CEAPIA_2021_reduzido_compressed.pdf#page=40

HESS, S.; PUCKHABER, A. 'Big Sisters' Are Better Domestic Servants?! Comments on the Booming Au Pair Business. Volume 77, Issue 1. *Feminist Review* 77(1):65-78, 2004. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1057/palgrave.fr.9400177> Acesso em: jan 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal.** Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios Contínua - Pnad Contínua, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnadcontinua.html?edicao=27138&t=resultados> Acesso em: 8 de dez de 2020.

LEITÃO, C. F; ABREU, R; NICOLACI-DA-COSTA, A. M. Profissionais à deriva: professores e psicoterapeutas na sociedade em rede. *Interações*, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 151-174, jun. 2005. Disponível em:

MARTINS, B. H. S. A experiência etnográfica de imersão e proposição de um trabalho psicológico humanista on-line em uma instituição de Belo Horizonte que cuida de migrantes: o projeto Escuta Sem Fronteiras. Dissertação: Universidade Federal De Minas Gerais - Programa de Pós-graduação em Psicologia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/46294/3/disserta%C3%A7%C3%A3ofinal.pdf>

MENDES, P. Cresce Número de Pedidos de Psicólogos Para Consultas On-Line. *Porta de Notícias R7*, Brasília, 27 ago. 2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/cresce-numero-de-pedidos-de-psicologos-para-consultas-on-line-27082021>

MERCHANT, J. Working online due to the COVID-19 pandemic: a research and literature review. *Journal of Analytical Psychology*, 2021, 66, 3, 484–505. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1468-5922.12683>

MEZAN, R. O tronco e os ramos: estudos sobre história da psicanálise. *Jornal de Psicanálise* 47 (86), 313-318. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v47n86/v47n86a23.pdf>

MIGONE, P. Psychoanalysis on the Internet: A discussion of its theoretical implications for both online and offline therapeutic technique. *Psychoanalytic Psychology*, 30(2), 281-299, 2013. <https://doi.org/10.1037/a0031507>

Ministério das Relações Exteriores. Comunidade brasileira no exterior – Brasil, Estatísticas 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/porta-consular/artigos-variados/comunidade-brasileira-no-exterior-2013-estatisticas-2020>

MOREIRA, L. C. C. **O impacto da utilização dos recursos tecnológicos na prática clínica em psicanálise: Parte 2: O manejo transferencial** (CNPq), 2019. Iniciação Científica - UNESP, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Érico Bruno Viana Campos.

MOUSINHO, A. A. *Au Pairs Brasileiras e Suas Rotas Desviantes: História Oral e Vidas Móveis*. Dissertação (Mestrado Em Estudos Culturais) - Escola De Artes, Ciências E Humanidades, Universidade De São Paulo, São Paulo, 2019. Doi:10.11606/D.100.2019.Tde-03102019-223105. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-03102019-223105/publico/amandaarraisdissertacao.pdf> Acesso em: jan 2023.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. **Primeiros contornos de uma nova “configuração psíquica”** *Cad. Cedes, Campinas*, vol 25, nº65, 2005.

NÓBREGA, S. B. **Psicanálise on-line: finalmente saindo do armário? Estudos de Psicanálise**, 145-150, 2015.

NOGUEIRA, R. G. **Particularidades No Atendimento Psicoterapêutico De Brasileiros Expatriados**. Pontifícia Universidade Católica De São Paulo - Faculdade De Ciências Humanas e Da Saúde Curso De Psicologia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/27593>

NOGUEIRA, T. S. (2021). Psicanálise com crianças online? Reflexões sobre um atendimento durante a pandemia. *Estilos Da Clinica*, 26(3), 435-444. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v26i3p435-444>

OLIVEIRA, B. P. de. Imigração Brasileira Nas Cadeias Globais De Cuidado: Um Estudo Sobre Au Pairs Brasileiras Na Holanda - Ufscar, 2023. <https://Repositorio.Ufscar.Br/Bitstream/Handle/Ufscar/17928/Tese%20bruna%20padilha%20de%20oliveira.Pdf?Sequence=1>

PEREIRA, M. L. I. Emparan Martins. Sobre a hospitalidade e a hostilidade: uma discussão do conflito frente ao imigrante. **Contextos Clínic**, São Leopoldo , v. 4, n. 1, p. 8-17, jun. 2011. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822011000100002&lng=pt&nrm=iso

PIETA, M. A. M.; GOMES, W. B. **Psicoterapia pela Internet: viável ou inviável?**. *Psicol. cienc. prof.*, Mar 2014, vol.34, no.1, p.18-31. ISSN 1414-9893 Pontes, M. F. (2021). A presentificação no tempo e espaço da clínica psicológica online: relato de experiência. *PSI UNISC*, 5(1), 158-166. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v5i1.15751>

PITLIUK, L. A sustentação de uma clínica psicanalítica em-linha (online). Editora: Escuta, 2022.

PONTES, M. F. (2021). A presentificação no tempo e espaço da clínica psicológica online: relato de experiência. *PSI UNISC*, 5(1), 158-166. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v5i1.15751>

PORCHAT, P. P. S. K. O gênero do espelho: verdades e ficções da identidade. 2019.

RENZI, F. E. G. **O impacto da utilização dos recursos tecnológicos na prática clínica em psicanálise: Parte 1: o enquadre** (CNPq), 2019. Iniciação Científica - UNESP, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador:Érico Bruno Viana Campos.

REZENDE, J. M. Emigrante e Imigrante. Estrangeiro. Nacional e Internacional. *Rev Patol Trop*, Vol. 42 (4). Out.-Dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/iptsp/article/download/28058/15819/118429>

ROSA, Miriam Debieux et al. A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* [online]. 2009, v. 12, n. 3, pp. 497-511. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-47142009000300006>>. Epub 28 Set 2009. ISSN 1984-0381. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142009000300006>.

ROSI, F. S. A invenção na clínica psicanalítica com crianças em tempos de pandemia. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*. Rio de Janeiro, 16(31), 80-92, nov. 2020 a abr. 2021. Disponível em: http://www.isepol.com/asephallus/numero_31/pdf/08%20-%20A%20inven%C3%A7%C3%A3o%20na%20cl%C3%ADnica%20psicanal%C3%ADtica%20com%20crian%C3%A7as%20em%20tempos%20de%20pandemia.pdf

SAYERS, J. Online Psychotherapy: Transference And countertransference Issues. *British Journal of Psychotherapy* 37,2 (2021) 223–233. doi: 10.1111/bjp.12624 Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/bjp.12624>

SCHARFF, J. S. **Clinical issues in analyses over the telephone and the internet**. *The International Journal of Psychoanalysis*, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1111/j.1745-8315.2011.00548.x> Acesso em: 9 mai 2018.

SCHARFF, J. S. *Psychoanalysis online: Mental health, teletherapy, and training*. London: Karnac., 2013.

SCHARFF, J. S. *Psychoanalysis online: Mental health, teletherapy, and training*. London: Karnac., 2013.

SCHARFF, J. S. Technology-assisted psychoanalysis. *International Journal of Psychoanalysis*, 2013. DOI: 10.1177/0003065113485423. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23599507> Acesso em: 1 mai 2018.

SCHARFF, J. S. **Technology-assisted psychoanalysis**. *International Journal of Psychoanalysis*, 2013. DOI: 10.1177/0003065113485423. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23599507> Acesso em: 1 mai 2018.

SFOGGIA, A., KOWACS, C., GASTAUD, M. B., LASKOSKI, P. B., BASSOLS, A. M., EIZIRIK, C. L. Therapeutic relationship on the web: to face or not to face?. **Trends in**

Psychiatry and Psychotherapy, 36(1), 3-10, 2014. <https://doi.org/10.1590/2237-6089-2013-0048>.

SIEGMUND, G.; LISBOA, C. Orientação Psicológica On-line: Percepção dos Profissionais sobre a Relação com os Clientes. **Psicol. cienc. prof.**, Mar 2015, vol.35, no.1, p.168-181. ISSN 1414-9893.

SILVA, C. J. Territórios Existenciais De Migrantes Venezuelanos Na Paraíba: Um Relato

TACHIBANA, M; PIZZO, G. M.; PAIVA, L. V. de; OLIVEIRA, M. C. R. de. A clínica psicanalítica infantil na modalidade on-line: reflexões winnicottianas, *Rev. Bras. Psicoter.* (Online) ; 23(3): 9-20, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1354075> Acesso em: 20 out 2022

TUMMALA-NARRA, P. (2014). Cultural Identity in the Context of Trauma and Immigration from a Psychoanalytic Perspective. **Psychoanalytic Psychology**, American Psychological Association, Vol. 31, No. 3, 396–409, 2014. 0736-9735/14/\$12.00 DOI: 10.1037/a0036539 31(3), 396–409. <https://doi.org/10.1037/a0036539> Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2014-15715-001>

VARELA, Y. Changes in Frames: COVID-19 and Teleanalysis. *Internacional Psychotherapy Institute*, Posted on April 13, 2020. Disponível em: <https://theipi.org/changes-in-frames-covid-19-and-teleanalysis/>

VELYKODNA, M. Psychoanalysis during the COVID-19 pandemic: Several reflections on countertransference. *Psychodynamic Practice*, 27:1, 10-28, DOI: 10.1080/14753634.2020.1863251 Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14753634.2020.1863251?needAccess=true>

VERZTMAN, J.; ROMÃO-DIAS, D. Catástrofe, luto e esperança: o trabalho psicanalítico na pandemia de COVID-19. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* [online]. 2020, v. 23, n. 2. pp. 269-290. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1415-4714.2020v23n2p269.7>>. Epub 24 Jul 2020. ISSN 1984-0381. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2020v23n2p269.7>. Acesso em: 01 nov 2022

VILLARI, R. A. Entre Viena e Londres: uma visita à casa de Sigmund Freud. **Psicologia: Ciênciã e Profissão** [online]. 2000, v. 20, n. 3, pp. 2-7. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v20n3/v20n3a02.pdf> <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932000000300002>>. Epub 11 Set 2012. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932000000300002>.

WEISSMANN, Lisette. Migração/exílio e a perda da língua materna. *Cad. psicanal.*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 37, p. 185-206, dez. 2017re. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141362952017000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 abr. 2022.

WINNICOTT, D. W. (1971). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

XAVIER, M. P.; MARTINS, A. C. B. L. Respondências: análises (online) em confinamento. *Psicologia USP [online]*. 2022, v. 33, e200096. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-6564e200096>>. Epub 06 Jul 2022. ISSN 1678-5177. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200096>.

ZIMERMAN, David E. *Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica: uma abordagem didática* / David E. Zimerman. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2007.

ZIMERMAN, David E. **Manual de técnica psicanalítica: uma re-visão**. – Porto Alegre: Artmed, 2008.